



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

**O trabalho do Assistente Social e suas competências para o
enfrentamento do racismo no espaço escolar**

Francitânia Cantanhêde

BRASÍLIA
2018

**O trabalho do Assistente Social e suas competências para o
enfrentamento do racismo no espaço escolar.**

FRANCITÂNIA CANTANHÊDE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade de
Brasília como requisito para a
obtenção do grau de bacharel em
Serviço Social, sob a orientação do
Professor Leonardo Rodrigues de
Oliveira Ortegá

BRASILIA-DF

2018

**O trabalho do Assistente Social e suas competências para o
enfrentamento do racismo no espaço escolar**

A banca examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB, da estudante Francitânia Cantanhêde.

Prof. Me. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá (Orientador)
Departamento de Serviço Social (SER/UnB)

Prof.^a Dr.^a Renísia Garcia Filice (membro externo)
Faculdade de Educação (FE/UnB) / (PPGDH)

Prof.^a Dr.^a Livia Barbosa Pereira (membro interno)
Departamento de Serviço Social (SER/UnB)

Dedico esse trabalho à minha mãe Franciléa e à minha

Querida filha Sophia, pelo apoio e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por guiar meus passos nessa jornada, por me dar força nos momentos de fraqueza e sempre que o buscava sempre vinha ao meu encontro.

À minha família principalmente minha querida e guerreira mãe Franciléa de Jesus Cantanhede que durante minha vida sempre esteve ao meu lado me apoiando e no decorrer da minha graduação não foi diferente, sem a ajuda da senhora não teria capacidade financeira, física e muito menos emocional para finalizar essa etapa da minha vida.

À minha filha Sophia Cantanhêde, meu tesouro, minha razão, minha força, minha esperança meu tudo, um ser tão inteligente, tão sincera, tão sapeca, tão novinha já conseguir entender o motivo de estamos separadas. Agradeço-te minha pequena pela paciência, pelo seu amor e pela sua compreensão.

Ao meu irmão Franci Ilson Cantanhêde e minha cunhada Jassianne Valquíria por me apoiarem nesse processo de graduação, amo muitos vocês.

À minha fada madrinha Dra. Ana Luísa Rabelo Pereira que vendo o desejo da filha da empregada de fazer uma graduação não pensou duas vezes em ajuda-la, agradeço a você pela oportunidade, confiança e pelo apoio no momento que ninguém acreditava que eu podia fazer uma faculdade, muitíssimo obrigada por me ajudar a tornar realidade meu sonho.

Às minhas amigas queridas de Curso que sempre me apoiaram de diversas formas, nos momentos tristes, alegres, medo, raiva, frustração, desespero ou até mesmo seja pagando lanche, com os trabalhos acadêmicos, com conversas, dentre outros. Vamos aos nomes: Ana Paula Sousa como sempre falamos a amiga da pobreza, sabemos muito bem a dificuldade que passamos durante a graduação, Ana sua linda, obrigada pela sua preocupação nos momentos de tristeza você sempre esteve disposta a me ajudar. A Alessandra Manso, sem palavras para decifrar a gratidão que tenho pela sua amizade, Ale sua linda, obrigada por sempre pensar em mim, por me ajudar, pelos seus conselhos, pelo seu carinho, por cuidar da minha pequena Sophia “presentes” e atenção. À Jessica Lorrane, quando penso em você só penso em comida e xerox, como assim, sempre que não tinha dinheiro para tirar xerox e comprar lanches, você sempre tinha um jeitinho especial de um lanche para mim, Jessica sua linda, obrigada pelas conversas nos momentos complicados para mim. A Ana Paula Cruz, amiga você sempre me ajudou nos momentos de risos ou de choro,

puder sempre contar com você, Ana sua linda, obrigada cuidar de mim (saúde), pelos conselhos dados, pelo carinho atributo a mim, por me ajudar aos meus trabalhos acadêmicos nos momentos de dificuldade você sempre me ajudar, nos momentos das avaliações sempre tentava me animar. Queridas amagas, enfim, só tenho que agradecer a todas vocês pelo carinho, apoio, atenção, por estarem sempre ao meu lado cada uma com seu jeitinho maravilhoso me ajudaram a passar por essa trajetória difícil, amigas como sempre falamos “Vocês são os presentes que a UnB me deu”. Obrigada pela amizade verdadeira de todos. Amo vocês.

Ao meu querido amigo Alexandre Pires (vulgo Coração) que durante aos anos que passei na graduação, sempre esteve presente me amparando nos momentos de desespero, dúvida, medo, fraqueza a todo tempo você vinha com suas palavras de conforto acalma meu coração.

Ao Filipe Milhomem e Rodolfo Wolmer que no momento de extrema dificuldade financeira que me encontrava, essas pessoas iluminadas surgiu na minha vidinha de forma elucidada e ambos me ajudaram a atravessar por essa fase ruim no decorrer da minha graduação, o estágio que ambos me ajudaram a conseguir, puder ajudar minha mãe e minha filha que estavam no Maranhão, creio que ambos não imaginam o quanto vocês foram importantes na minha vida, só tenho agradecer a ambos.

À família Fortunato por ter me acolhido e me amparado desde a minha adolescência, á minha querida Idalina minha segunda mãe, me ensinou a apreciar a leitura, aos seus conselhos, a sua paciência e ao seu amor, sei que atravessamos por momentos difíceis, mais agradeço a papai do céu por ter permitido entrar na sua família, a minha linda irmã Clarissa, a pessoa que possui uma sua sabedoria emersa, ao Alexandre que sempre nos apoiou e ajudou. Minha segunda família amo muitos a todos, sem vocês na minha vida, sei que não teria um sonho.

Ao meu orientador Leonardo Ortegá pela paciência, apoio e dedicação, e nos momentos de aflição, dúvida e medo por ter sido paciente e compreensivo. Às professoras Renisia e Lívia, por terem aceitado participar deste momento tão importante de minha formação acadêmica, com suas leituras atentas e avaliações educativas deste meu trabalho realizado com toda a vontade de vencer que habita dentro de mim.

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo compreender como a presença do assistente social pode contribuir para o enfrentamento do racismo no ambiente escolar. Para tanto, abordamos a temática em 3 momentos: 1. A história do racismo no Brasil e no ambiente escolar, analisando as consequências das manifestações racistas no cotidiano escolar dos alunos negros. 2. A relação do assistente social com a escola e o profissional da educação dentro do espaço escolar, no enfrentamento do racismo, na perspectiva de uma educação mais igualitária. 3. A importância da implementação da Lei 10.639/03 e a análise da educação das relações étnicorraciais, discutindo o preparo dos educadores no combate do racismo e qualquer forma de discriminação no âmbito escolar. Nessa pesquisa destaca-se a importância de haver profissionais qualificados para mediar e compreender as ações racistas acontecidos na escola, para se pensar em uma educação que promova a igualdade e que a temática étnicorracial seja amplificada no ambiente escolar. A pesquisa evidenciou que a inserção do assistente social no espaço escolar facilitaria o enfrentamento das diversas formas de atos discriminatórios, preconceitos e racismo no espaço educacional.

Palavras-chave: Racismo, Racismo na Escola, Assistente Social, Educação.

ABSTRACT

This study aims to investigate how the absence of a social worker can preclude the confrontation of racism at the school environment. In order to do so, we tackle the subject at 3 historical moments. 1. The history of racism in Brazil and in the school environment, analyzing the consequences of racist practices in the everyday school life of black students. 2. The relationship between the social worker and educators in the school environment, facing racism so as to provide more egalitarian education opportunities. 3. The importance of the implementation of law 10.639/03 and the analysis of education in ethnic-racial relations, analyzing the lack of preparation on the part of educators in the fight against racism and any form of discrimination in the school environment. This study highlights the importance of qualified professionals to mediate and understand racist practices in schools, to have more egalitarian education and to intensify the ethnic-racial debate in schools. The study revealed that the presence of a social worker in schools would facilitate the fight against each and every form of discrimination, prejudice and racism in school settings.

Keywords: Racism, Racism in schools, Social worker, Education.

Sumário

Introdução.....	12
1. O racismo no Brasil e o ambiente escolar	13
1.1 - Racismo: Uma herança que perdura há séculos.....	13
1.2 - Racismo no ambiente escolar	26
1.3- Racismo camuflado pelo <i>bullying</i>	33
2. A escola, o educador social, o Assistente Social e a Educação das relações etnicorracial: Desafios para os profissionais da educação.	36
2.1- O papel Social do educador	36
2.2 - As competências do Assistente Social no enfrentamento do racismo na escola	41
2.3 - O racismo educacional e o despreparo dos profissionais da educação	46
2.4 - Educações das Relações Etnicorraciais e o Projeto Político Pedagógico	48
2.5– O assistente social e a educação das relações etnicorraciais	53
3 - Entrevistando educadores.....	54
3.1 - Percurso Metodológico	54
3.2- Análise e Interpretação dos dados.....	57
3.3 - Resultados e Discussão	64
4 - Considerações Finais	65
5 - Referências Bibliográficas	68

*Afinal
De que cor será sentir?
Será que o amor tem uma cor?
Será o vermelho o ódio?
Será branca a paz
Sendo negra a morte
De que cor será a vida?
Sendo negra a fome
Qual a cor da fortuna?
Sendo negra a realidade
Qual a cor da ilusão?
Sendo negra a cor que tinge
Presídios, hospícios
Qual a cor da opressão?*

Hélio De Assis

Introdução

O presente estudo visa discutir o problema do racismo no ambiente escolar. Sim, o racismo. Crescemos em uma sociedade que acredita na ideologia da “democracia racial”. Em outras palavras, de que em nosso país não existe racismo ou discriminação. Mas o que é visto é uma realidade diferente desse discurso. Passados 130 anos da abolição da escravidão do Brasil, a cor negra ainda é estigmatizada e estereotipada pela atual sociedade brasileira. A concepção de que os negros eram uma raça inferior, isto é, a ideologia da inferioridade do negro no Brasil ainda é presente e forte no país. A população branca ainda possui privilégios baseados em fenótipo e cor da pele, enquanto a população negra sofre as desvantagens do preconceito racial de marca e o racismo estrutural. Os efeitos do racismo não respeitam os muros das escolas brasileiras e atravessam também este ambiente, embora seja recorrente a afirmação de que não existe racismo dentro da escola.

No decorrer da história brasileira, com as constantes lutas travadas pelo movimento negro, diversas iniciativas buscaram combater o racismo no ambiente educacional. É notável que esse recorte racial esteja mais visível no campo da política, mas infelizmente a aplicação dessas leis ainda é muito deficiente. Um exemplo explícito dessa realidade é a Lei 10.639 de 2003 que em 2018 faz 15 anos desde sua promulgação, e que até o momento presente ainda não foi aplicada como deveria no âmbito escolar.

A escola é um espaço passível de reprodução do racismo, e nesse trabalho buscamos mostrar a necessidade e as possibilidades de enfrentamento deste problema no espaço educacional, a partir de um processo de reconhecimento da existência do racismo dentro da escola. Entre os caminhos para isto, encontram-se a efetiva implementação da Lei 10.639¹, e a sensibilização de alunos e profissionais da educação que estão presentes no espaço escolar de que o racismo é crime e as atitudes racistas tem poder de destruir sonhos.

Compreendemos que a Lei 10.639, a formação continuada dos profissionais da educação e a presença do assistente social na equipe profissional podem ser meios para trabalhar o enfrentamento do racismo na escola.

¹ Esta lei, complementada pela Lei nº 11645/2008, que inclui também a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas, tem sido alvo de diversas ações dos poderes executivo e legislativo, desde que Michel Temer, hoje com 79% de reprovação social, de acordo com a pesquisa CNI/IBOPE de 28/06/2018, assumiu o governo federal.

A metodologia usada na pesquisa foi qualitativa, com aplicação de questionários semiestruturados a professores da educação básica, além de revisão bibliográfica.

O trabalho foi dividido em três capítulos: 1) *O racismo no Brasil e o ambiente escolar*. Nesse capítulo é feita uma breve contextualização da herança do racismo no país e como nos dias atuais as manifestações racistas ainda prejudicam a população negra. Observamos que a negação do racismo no escolar afeta o desenvolvimento educacional e social dos estudantes negros e como o racismo é camuflado pelo *bullying* na escola. 2) *A escola, o educador social, o assistente social e a educação das relações étnicorraciais: desafios para os profissionais da educação*. É analisada nesse capítulo a importância de ter profissionais qualificados dentro da escola para o adequado trabalho frente aos casos de racismo, dando ênfase ao profissional da educação como um educador social e seu papel nessa luta racial na escola. Nesse sentido destacamos porque o assistente social é importante no ambiente escolar, uma vez que este profissional é formado para intervir junto a toda e qualquer forma de atitude racista, preconceituosa e discriminatória dentro da escola. Também nesse capítulo é questionado como o despreparo dos profissionais da educação sobre a educação das relações étnicorraciais pode estar relacionado à persistência do racismo na escola, e sobre a necessidade de profissionais que tenham entendimento das questões raciais para a concretização de um Projeto Político Pedagógico nesse espaço educacional, juntamente com toda comunidade escolar. 3) *Entrevistando educadores*. Nesse capítulo é realizada a análise e a interpretação dos dados obtidos durante a pesquisa de campo.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como o profissional assistente social se faz importante ou não no enfrentamento aos casos de racismo no ambiente escolar. Este levantamento de dados teve como objetivo analisar a visão dos profissionais da educação, referente a ausência do Assistente Social no espaço escolar e compreender como a presença do Assistente Social pode contribuir para o enfrentamento do racismo no ambiente escolar.

1. O racismo no Brasil e o ambiente escolar

1.1 - Racismo: Uma herança que perdura há séculos

A formação histórica brasileira é marcada por diversas peculiaridades devidas ao processo de colonização. Ao chegarem ao Brasil, os povos europeus se depararam com os indígenas que já habitavam aqui e, para que fosse possível essa dominação e exploração, foram necessárias diversas lutas violentas para que os “colonizadores” atingissem seu objetivo, assim como o tráfico de diversos negros do continente africano com o objetivo de trabalharem de forma escrava no país, sem nenhuma garantia de direitos, assim como ausência de condições mínimas de higiene e tendo que se submeter às longas jornadas de trabalho com a pena de serem castigados, caso, não fizessem o que lhes obrigavam para que fosse possível uma rentabilidade para os “colonizadores” europeus. Apesar da grande propagação da ideia de que o país foi descoberto, sabe-se que houve uma invasão de um lugar já habitado e, hoje em dia, busca-se a desconstrução dessa afirmação equivocada.

Os negros, que foram considerados escravos até a assinatura da Lei Áurea, em 1888, que “aboliu” a escravidão, realizaram e ainda realizam diversos movimentos em prol de um reconhecimento enquanto ser humano digno de consideração e respeito e a não visão de um ser inferior por serem de cor preta extremamente estigmatizada na sociedade. Isso porque, apesar da assinatura da lei mencionada acima, os negros estão inseridos, em sua maioria, em empregos informais, vivendo em condições sub-humanas e ainda vistas como menos inteligentes do que as pessoas brancas.

Mudanças realizadas por esse grupo de pessoas objetivando uma visão não estereotipada desses povos como ascensão social, presença em lugares até então frequentados somente por brancos e protagonistas de lideranças políticas estão entre as conquistas dessa parcela da população que luta para alterar essa realidade de desigualdade social naturalizada por muitas pessoas na sociedade.

Durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ideias racistas foram disseminadas no Brasil. Médicos, juristas, historiadores, escritores e sociólogos trabalhavam suas teses para comprovar a suposta inferioridade da população negra. É importante lembrar que o Brasil foi o país que escravizou o maior número de africanos/as e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Portanto, a população negra era imersa no território brasileiro, e isso levou e as elites

brancas a fortalecer as teorias racistas e a produzir preconceitos contra as pessoas de origem africana, tendo como objetivo exclusivo de garantir seus privilégios, (CAVALCANTE, 2014).

A herança do racismo no Brasil tem sido transmitida por mais de 500 anos, a discriminação racial, preconceitos, marginalização, inviabilidade do negro, inferioridade, desvalorização da população negra, dentre outros, esses são apenas alguns termos usados pela nação brasileira quando estão se referindo ao sofrimento e humilhação da população negra. Sofrimento e humilhação que vem se arrastando desde a escravidão, onde a importância atribuída ao negro era inferior ao de um animal, essa herança do racismo é impiedosa, e ainda causa sobre o branco privilegiado um sentimento de superioridade sobre o negro.

Para os escravos, o fim da escravidão significava o fim de um trabalho explorado, seria o fim de todo e qualquer tipo de humilhação e o começo de uma liberdade. Em outras palavras, um recomeço. Mas a história nos mostra que não foi bem assim que aconteceu a tal liberdade pode-se dizer que veio, mas veio por partes bem pequenas, por mais que os ex-escravos desejassem o reconhecimento como cidadão brasileiro, infelizmente demorou a chegar esse tal reconhecimento.

Mesmo sendo libertos, aqueles indivíduos negros escravizados não tinham para onde ir, onde dormir, onde trabalhar, onde morar, o que vestir e o que comer. Mesmo após sua liberdade os negros sofriam pelos menos problemas de humilhações, preconceitos e maus tratos. Os negros assim começariam uma luta diária pela sobrevivência, vivendo aglomerados nas periferias das cidades grandes. Os governantes não tinham nenhuma política para garantir e suprir as necessidades básicas desta população, como saúde, moradia, educação e alimentação, foram deixados de lado, sem nenhuma perspectiva de vida. Os imigrantes de outros países foram colocados nos lugares de trabalhos dos antigos escravos, porém a estes foram concedidas terras para produzir, moradia, educação, entre outros recursos dos quais foram privados os negros escravizados.

A mobilização do povo negro concretizou-se após a abolição da escravatura, mais antes disso existiam os movimentos clandestinos para libertar os escravos. A população negra no decorrer das décadas vem fazendo história nas reivindicações para a melhoria dos cidadãos negros. A partir de 1930 surgiram outros movimentos negros como exemplo a Frente Negra Brasileira, em São Paulo. Em 1940 surgiu o Teatro Experimental Negro e o Comitê Democrático Afro-brasileiro com o objetivo de

combater o racismo, tendo diversas formas de expressar dessa descriminação rotulada pelos brancos.

O aumento das manifestações políticas nos anos 70 ligadas ao racismo geraram grandes impactos. Grandes figuras ativistas negros acompanhavam o movimento para a libertação do Apartheid, regime político entre 1948 a 1994, na África do Sul. Nelson Mandela foi um personagem principal na luta contra o Apartheid.

Momentos políticos como esse impulsionaram a organização e a fundamentação dos ideais dentro no movimento negro brasileiro, criando assim em 1978 o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em São Paulo, que logo foi conhecido como o Movimento Negro Unificado (MNU) em defesa das questões raciais.

A Frente Negra Brasileira (FNB) foi o maior e mais amplo movimento negro paulista de seu tempo, tendo se expandido para outros Estados brasileiros como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. O FNB funcionava como escola que atendia às populações negras ministrando aulas de inglês, música, educação moral, provendo assim a alfabetização dessas pessoas. Com uma vertente semelhante, o Teatro Experimental do Negro (TEN), promovia cursos de alfabetização para adultos, além dos ensaios de peças, foi fundado em 1944 e o Movimento Negro Unificado (MNU), surgido em 1978, foram experiências políticas fundamentais para o encaminhamento dos programas de ações afirmativas atuais e para a visibilidade dos problemas referentes à ascensão social das populações negras (GARCIA, 2005, p. 36).

Iniciou-se assim uma batalha diária que dura até os dias atuais, uma luta contra a exclusão racial, a luta por uma igualdade racial e contra a discriminação racial. O negro vivenciava uma supremacia branca com muitos privilégios, uma população branca elitizada que desejava o fim da raça negra, onde a busca pelo clareamento do povo brasileiro era visível. À medida que a população negra buscava por oportunidade de empregos, eram submetidos a trabalhos informais que os brancos se recusavam a fazer, geralmente os empregos eram de operários, domésticas, motoristas, dentre outros. Mesmo com a chegada das fábricas, os brancos sempre ocupavam os cargos melhores e os negros cargos ocupavam as oposições inferiores, causando uma ampla desigualdade social marcada pela diferença racial (ALVES; CRISÓSTOMO, 2013).

Segundo Santos (2005, os negros perceberam rapidamente que criar técnicas sociais para melhorar a sua posição social e/ou obter mobilidade social vertical, em uma perspectiva de superar a condição de excluídos ou miseráveis. Para a população

negra umas das diversas formas básicas do negro ascender seu *status* era pela educação formal, criando por parte dos negros uma valorização a escola e a aprendizagem como um bem supremo, a educação era e é uma forma de abrir caminhos na vida de qualquer cidadão, ou seja, a educação era definida pela as entidades negras como uma forma de ascensão social.

Portanto, não foi fácil para a população negra ser aceita no espaço privilegiado dos brancos, logo a produção e consequentemente a reprodução da discriminação racial contra os negros no sistema educacional brasileiro, o movimento negro ao perceberem a inferiorização dos negros dentro desses espaços passaram a incluir na sua pauta as reivindicações na esfera educacional junto ao Estado brasileiro.

O movimento social negro, diante da discriminação racial e do preconceito sofrido pelos alunos negros nas escolas, iniciou lutas constantes para melhorar educação, em uma perspectiva de incluir o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira. Essas reivindicações já constavam na declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro em 1950, (SANTOS, 2005, p. 20).

Após a criação do movimento negro unificado em 1978, intensificou mais as reivindicações na esfera educacional. Segundo Carlos Hasenbalg citado por Santos (2005), relata que a “agenda de reivindicações das entidades negras contemplava basicamente as seguintes áreas: racismo, cultura negra, educação, trabalho, mulher negra e política internacional”. Na educação, aspecto que mais interessa a este trabalho, as reivindicações eram, entre outras, as seguintes: Contra a discriminação racial e a veiculação de ideias racistas nas escolas. Por melhores condições de acesso ao ensino à comunidade negra. Reformulação dos currículos escolares visando à valorização do papel do negro na História do Brasil e a introdução de matérias como História da África e línguas africanas. Pela participação dos negros na elaboração dos currículos em todos os níveis e órgãos escolares.

A *Convenção Nacional do Negro pela Constituinte*, realizada em Brasília-DF, em 1986, com representantes 63 Entidades do Movimento Negro, de dezesseis estados da federação brasileira, com um total de 185 cinco inscritos, indicou “aos dirigentes do país, e, em especial deferência, a todos os membros da Assembleia Nacional Constituinte-87”, as seguintes reivindicações:

- O processo educacional respeitará todos os aspectos da cultura brasileira. É obrigatória a inclusão nos currículos escolares de I, II e III graus, do ensino da história da África e da História do Negro no Brasil;

- Que seja alterada a redação do § 8º do artigo 153 da Constituição Federal, ficando com a seguinte redação: "A publicação de livros, jornais e periódicos não dependem de licença da autoridade". "Fica proibida a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça, de cor ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes" (CONVENÇÃO, 1986).

As reivindicações do movimento negro unificado no Brasil realizaram uns dos eventos mais importantes organizados pela população negra brasileira, a *Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida*. Esta foi realizada no dia 20 de novembro de 1995, em Brasília, a marcha foi organizada para reafirmar a resistência dos afro-brasileiros, contra o racismo e as desigualdades raciais. O evento contou a presença de mais de trinta (OLIVEIRA, LIMA e SANTOS, 1998). Foi entregue ao chefe de Estado brasileiro o *Programa de Superação do Racismo e da desigualdade Racial*, que continha várias propostas antirracistas. No que diz respeito a educação podemos citar a:

- Implementação da Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino.
- Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União.
- Desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores e educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial, identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras (EXECUTIVA, 1996).

Tendo como consideração as opressões antirracistas e legítimas imposta pelo movimento negro, vários estados e municípios brasileiros reconheceram a grande necessidade de reformular as normas estaduais e municipais regulam o sistema de ensino como Salvador, Belo Horizonte, Teresina e Rio de Janeiro. Consequentemente as opressões sofridas pelos movimentos negros e suas articulações com a questão racial brasileira, tiveram como resultado a inclusão, por meio de leis, de disciplinas sobre a História dos Negros no Brasil e a História do Continente Africano nos ensinos fundamental e médio das redes estaduais e municipais de ensino, como veremos a seguir.

Constituição do Estado da Bahia, promulgada em 05 de outubro de 1989:

Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, promulgada em 21 de março de 1990:

Lei nº 6.889, de 5 de setembro de 1991, do município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul:

Lei nº 7.685, de 17 de janeiro de 1994, do município de Belém, estado do Pará:

Lei nº 2.221, de 30 de novembro de 1994, do município de Aracaju, estado de Sergipe.

Lei nº 2.251, de 31 de março de 1995, do município de Aracaju, estado de Sergipe:

Lei nº 11.973, de 4 de janeiro de 1996, do município de São Paulo, estado de São Paulo:

Lei nº 2.639, 16 de março de 1998, do município de Teresina, estado do Piauí:

Lei nº 1.187, 13 de setembro de 1996, Brasília.

Embora esteja estabelecida a obrigatoriedade do “estudo da raça negra”, bem como a qualificação de professores (as) para ministrarem as disciplinas referentes a esse assunto, até a presente data não foram tomadas as devidas providências para que efetivamente se concretizasse o ensino de disciplinas que valorizem os aspectos sociais, culturais e políticos da participação do negro na formação do nosso país, SANTOS (2005. p. 32).

O movimento negro unificado do Brasil (MNU), depois de muitos anos articulando e reivindicando na esfera da educação, conseguiu em 2003 incorporar a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), sancionando a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

Entende-se que a desigualdade social e a discriminação racial só aumentavam o distanciamento entre os negros e os brancos, circunstância essa que deixa a população negra menos desfavorável ao mercado de trabalho, onde o nível de escolaridade maior e melhor era apenas para os brancos. Essa discrepância criada entre os negros e brancos privilegiados só aumentava, e implica, na atualidade, no distanciamento dos direitos da população negra, principalmente quando falamos a respeito da educação, com isso o negro continuar sendo menosprezado e marginalizado pela a sociedade brasileira, a supremacia branca tem uma visão de ser superior por serem de cor privilegiada e a cor negra é extremamente estigmatizada na sociedade (ALVES; CRISÓSTOMO, 2013).

A população brasileira no decorrer dos anos foi crescendo assim, o branco sendo rico é negro sendo pobre, o negro sempre em desvantagem, sendo elas financeiras educacionais e saúde, aos seus direitos como cidadão, logo a inferioridade dos negros e causados pelo privilégio dos brancos, logo os negros são vistos como menos inteligentes do que as pessoas brancas.

Além da inferioridade econômica já que a renda dos negros era bem menor em comparação as dos brancos, sendo submetido a baixos salários, em moradias precárias, quase sempre nas periferias, sem

acesso ao saneamento básico, acesso limitado à saúde. O que vai ocasionar cada vez mais no aumento da desigualdade racial no Brasil, herança que perdura e reflete nos dias atuais (ALVES; CRISOSTOMO, 2013, p.01).

Os negros no Brasil sofrem por uma discriminação racial gerada desde o período da escravidão, a questão racial torna-se mais nítida na sociedade brasileira atual, onde os preconceitos raciais só se fortaleceram aos longos dos séculos, e à proporção que o racismo foi crescendo, o negro é mais desqualificado, oprimido, inferiorizado é indesejável pela maioria da população branca segundo Alves e Crisóstomo (2013). A desigualdade na população negra é constante e de um caráter racista, visto que o negro é posto como abjeto, sendo fragmentado como um fracasso perante os brancos privilegiados.

Por razão do racismo, o negro está encaixado na marginalidade, sua cor negra e seus traços físicos estão sendo estigmatizados, seguindo normas ditadas pela sociedade de classes, a população brasileira elitizada contribuir para uma cultura racista, que já está naturalizada, o racismo brasileiro caracteriza-se pela cor da pele e pelos traços físicos do negro, sem mencionar o preconceito à primeira vista que onde a injúria, o desprezo, a ofensa, o contato restrito, a falsa cordialidade, essas manifestações de superioridade contra os negros ainda se completa com o deboche e a difamação, e atribuindo assim o negro sempre a imagem do mal. A população negra padece constantemente com o racismo, um racismo silencioso e sofisticado feito de uma forma quase invisível, mas infelizmente é praticada no dia a dia dos brasileiros, causando assim, segundo Nascimento (2010) uma invisibilidade ao racismo e consequentemente o silêncio sobre o negro.

Outro aspecto que evidencia o crescimento tão eficaz do racismo é conhecido como a Ideologia da Democracia Racial- IDR que induz um elevado nível de consciência atribuída às pessoas negras, objetivando o fim do racismo e a discriminação racial tornaria irrelevante perante uma sociedade branca privilegiada. O ato de negação da existência do racismo no Brasil só cresce, fortalecendo assim as ações violentas e desumanas contra o povo negro.

A IDR é talvez a forma mais ampla e sutil de preconceito, racismo e discriminação, porque conduz o negro e a sociedade a crença de que não existe o racismo simplesmente porque ele não deve existir; ou ainda, se há miscigenação biológica como é que pode então existir racismo? (NASCIMENTO, 2010, p.85).

A democracia racial ainda está longe de ser alcançada, pois vivenciando uma elite branca que se auto classifica como privilegiada pelo fato de ter a cor da pele

branca e os negros que são inferiorizados pelo simples fato de serem negros. A ideologia da democracia racial banaliza ainda mais a questão racial e ao esconder o racismo, enfatizando mais ainda os problemas raciais que os negros passam e suas lutas raciais pedem mais seus significados e objetivos. Dessa forma “o racismo atual e vivenciado no Brasil é preso na violência social, que iniciou no passado para a defesa de privilégios, que assim prossegue a justificativa racista e discriminatória, sendo notado de diversas formas” (NASCIMENTO, 2010).

O negro na sociedade brasileira nunca foi valorizado e sempre menosprezado, pois o peso da inferioridade herdado da escravidão continua marcando nosso futuro, onde os negros naturalizados como “perigosos”, “preguiçosos”, “feios”, “denominados burros entre outros”, obedecendo as normas ditadas por muitos anos pela sociedade branca elitizada, essas questões raciais que o branco privilegiado colocava para a população negra, causando uma rejeição da noção negra a sua imagem, tornando visível há necessidade de tornar-se aceitável perante a sociedade branca privilegiada, o negro iniciou um processo de rejeição pessoal moldado sua imagem, para ficar mais agradável fisicamente ao olhar do branco predominante, esse processo implica a perda de sua identidade como tal, o embranquecimento social atingiu por muitos séculos a população negra, na atualidade esse paradigma está sendo desconstruído pelas pessoas negras.

A identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. (GOMES, 2005, p. 43)

Segundo Anunciada (2016) nos afirma no seu texto *Construção e aceitação da identidade negra*, assumir-se negro (a) é um ato político, é ir contra o embranquecimento racial e cultural que tentam nos impor nos confundindo com eufemismos para negar a nossa verdadeira origem, é ir contra a apropriação e esvaziamento de nossas culturas, é respeitar nossa ancestralidade, continuar a luta que muitos (as) empreenderam antes de nós e nos apossarmos como sujeitos de nossa história, de nossas memórias coletivas, sendo devidamente representados na sociedade e não mais silenciados, ocupando espaços que nos são historicamente negados.

Após décadas da abolição dos escravos no Brasil, as desigualdades raciais insistem em permanecer e têm sido cruel para população negra, por mais que já foram feitas medidas notáveis para amenizar o racismo, não está sendo suficiente para acabar de vez com as desigualdades e a discriminação existentes entre brancos e negros. Por mais que o Brasil tenha leis, legislação que combate os crimes raciais no país, infelizmente não é notável a melhores nesse aspecto racial.

A população negra, no decorrer dos anos, sempre articulou a melhoria para seu povo, um povo declarado sem direitos, uns dos seus principais combates é contra a opressão imposta pelos cidadãos brancos, a luta pela garantia de igualdade racial, o enfrentamento pela eliminação de todas as formas de discriminação racial, com o apoio do Movimento Negro foram criadas leis, estatutos, políticas afirmativas, etc, para as pessoas negras, mesmo com as leis do lado dos negros o racismo, a discriminação, o preconceito agravou-se entre os brasileiros.

Será possível que precisará passar mais um século de luta para conscientizar a população brasileira que o negro ou afrodescendente é um cidadão como qualquer outro cidadão brasileiro, com os mesmos direitos e deveres, que ele tem o mesmo lugar a ocupar na sociedade como qualquer outro cidadão.
(ALVES, CRISOSTOMO, 2013, p.01).

Como pode passar tantos anos e mesmo assim ainda existir uma discriminação racial e social tão intensa e cruel no Brasil, onde um ser humano ainda é classificado pela cor da sua pele? É visível o distanciamento do branco e do negro, onde o branco privilegiado tem mais oportunidade, sendo na educação, no mercado de trabalho, no financeiro, ou seja, a meritocracia está ao lado da elite branca. Com base em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 67% dos negros no Brasil estão incluídos na parcela dos que recebem até 1,5 salário mínimo (cerca de R\$1400). Entre os brancos, o índice fica em 45%. Os dados são do Mapa da Violência 2015 mostrar o índice de feminicídios cresceu no país entre 2003 e 2013 onde o número de mulheres negras assassinadas 2013, cresceu 54%, enquanto o índice das mulheres brancas caiu 10% no mesmo período. O Atlas da Violência 2017, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, O Atlas da Violência 2017, que analisou a evolução dos homicídios no Brasil entre 2005 e 2015. Outro dado revela a persistência da relação entre o recorte racial e a violência no Brasil. Enquanto a mortalidade de não-negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4% entre 2005 e 2015, entre as mulheres negras o índice subiu 22%.

Ao longo do tempo o negro é colocado como um cidadão sem direitos, marginalizado, menosprezado, humilhado é conseqüentemente são privados de seus direitos básicos a vida humana. Para tentar garantir esses direitos, foi criado o Estatuto da Igualdade Racial ([Lei 12.288/2010](#)), com a função de combater o racismo ou na tentativa de minimizar as desigualdades existentes no Brasil, considerando que os direitos dos negros já eram garantidos pelo Estatuto dos Direitos Humanos e mesmo assim foram negados. O artigo 1º do Estatuto da Igualdade Racial deixa nítido.

Art. 1º. Esta lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

As reivindicações do Movimento Negro Unificado (MNU), no Brasil e as discussões acerca das desigualdades que existiam entre brancos e negros passaram a serem discutidas através de passeatas, palestras, debates, e outras formas de manifestações. O que influenciou muito para que houvesse um processo de conscientização das pessoas e da sociedade para quase buscassem um maior espaço do negro na sociedade brasileira. E as propostas que surgiram em seguida e que atendiam a população negra se deram de forma acanhada e desarticulada, por isso não houve uma implantação mais eficaz dessas propostas. No Brasil existem diversas leis e estatutos baseados nas ações afirmativas para os afro-brasileiros, a exemplo da Lei 10.639/93 que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em instituições de nível fundamental e médio, que altera o artigo 26.A da LDB 9394/96, alterando também pela Lei 11.645/08, que incluiu a história indígena ao artigo 26.A. Lei 12.288/10 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei 12.711/12 com cotas para entrada de negros nas universidades.

A presença do racismo, do preconceito e da discriminação racial como práticas sociais, aliadas à existência do racismo institucional, representa um obstáculo à redução daquelas desigualdades, obstáculo este que só poderá ser vencido com a mobilização de esforços de cunho específico. Assim, a implementação de políticas públicas específicas, capazes de dar respostas mais eficientes frente ao grave quadro de desigualdades raciais existente em nossa sociedade, apresenta-se como uma exigência incontornável na construção de um país com maior justiça social (JACCOUD, 2008, p.137).

Políticas públicas foram criadas no intuito de combater o racismo, a discriminação, a desigualdade social e o preconceito no Brasil, infelizmente foram insuficientes para acabar ou amenizar com o tratamento desigual, sendo que os constrangimentos raciais sofridos pelos negros ainda reinam no país nos dias de hoje.

Com intenção de combate os crimes raciais no país, foi criado a Lei Afonso Arinos, Lei 1390 de 3 de julho de 1951 que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. A Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º inciso XLII, determina que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito de reclusão nos termos da lei”. Em 1989, foi promulgada a Lei nº 7.716, mais conhecida como Lei Caó, a lei foi iniciada pelo deputado negro Carlos Alberto Caó e teve como objetivo a afirmação da desigualdade de direitos dos grupos discriminados, tendo também como foco principal criminalizar o racismo para que os autores pudessem ser punidos com penas mais duras e fatalmente sentir as consequências de seus atos racistas. Ou seja, a Lei definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. A injúria racial foi contemplada pela Lei nº 9.459/1997 ampliou a abrangência da Lei Caó, ao incluir, no artigo 1º, a punição pelos crimes resultantes de discriminação e preconceito de etnia, religião e procedência nacional, ou seja, “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, segundo o *Guia de enfrentamento ao racismo institucional*.

As discussões travadas, em defesa da igualdade ou da definição de quem é negro no País, têm obstaculizado práticas efetivas de combate à desigualdade. Não que debates não devam ocorrer. Muito pelo contrário. Mas faz-se necessário para uma melhor compreensão do que é ser negro na atualidade, uma análise aprofundada das conjunturas históricas, psicossociais e econômicas que envolvem essas populações, no sentido de esclarecer e não confundir. Isto nem sempre tem ocorrido (GARCIA, 2005, p. 39).

As relações raciais no Brasil é uma discussão que ainda é permeada por uma diversidade de termos e conceitos e esses termos e conceitos revelam-se de diversas interpretações pela sociedade brasileira, para melhor entender a problemática da desigualdade racial no país a autora Nilma Lino Gomes traz no livro *Coleção: Educação para todos (2005)*, conceitos do preconceito, da discriminação e do racismo de forma simples e explícita. Segundo a autora:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (2005, p. 48).

Gomes (2005) nos afirma que o racismo possui mecanismos de reprodução na sociedade brasileira, o racismo individual e o institucional que causa impacto diretamente a população negra.

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos (2005, p. 51).

A forma institucional do racismo, ainda segundo os autores supracitados, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada (2005, p.52).

O racismo institucional não pode ser atribuído aos indivíduos de forma isolada, mas compreendidos como uma estratégia forjada nas relações sociais que opera tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas (DIAS, 2017, p. 32). Ou seja, o racismo institucional está ligado a estrutura da sociedade e não aos seus indivíduos.

O preconceito caracteriza-se como subproduto do racismo, segundo Gomes;

O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem . Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (2005, p. 54).

A discriminação racial define-se quando há um impedimento de pessoas ou grupos de ingressar ou participar em espaços sociais ou até mesmo beneficiar das políticas públicas.

A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferençar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam (GOMES, 2005, p.55).

É importante salientar que a discriminação racial não é um produto direto do preconceito. A discriminação racial pode ser originada através de outros processos como: social, psicológico e político, esses processos estão além do preconceito desenvolvido pelo indivíduo. Nesse contexto a discriminação pode ser provocada por interesse, tem a noção de privilégio como foco principal, a indireta é aquela onde seu ato concreto e desfaçado, porém dotadas de grande potencial discriminatório e por ultimo a direta é o ato direto da discriminação racial onde a pessoa discriminada e excluída expressamente em razão de sua cor, Jaccoud; Begin(2002) apud Gomes (2005,p. 55).

Temos que tomar cuidados para não igualar discriminação racial e preconceito racial, essa comparação nos traz a questão do mito da democracia racial que nos afirma “como não temos preconceito racial no Brasil, logo não temos discriminação racial” Bento (1992).

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial (GOMES, 2005, p. 57).

O racismo é uma herança que se perpetua há séculos em nosso país, onde os negros lutam constantemente em uma tentativa de eliminar todas as formas discriminatórias existentes no Brasil, a exclusão social é uma realidade que expressa uma discriminação pela cor da sua pele, um estigma da escravidão. Todas as conquistas que permeiam a vida do negro nos longos dos anos, foi por muito tempo silenciada e a participação do povo negro na construção da história brasileira.

Como já foi dito no decorrer do capítulo, os brasileiros têm sérios problemas em ver a existência do racismo no cotidiano, como muitos dizem por aí, até os próprios negros tem essa dificuldade de perceber as ações discriminatórias ao seu redor, essa percepção é difícil de ser detectada por causa do racismo cordial, ou seja, a sutileza dos brasileiros à prática o racismo está cada vez mais sofisticado, a população negra e menosprezada, humilhada, inferiorizada, intimidada, maltratada de forma sutil e serena.

Por fim, Neuza Souza foi uma grande militante do movimento negro brasileiro e no dia 13 de maio de 2008, foi solicitada pelo Correio da Baixada para escrever sobre

os 120 anos de abolição no Brasil, segue um trecho do poema *Contra o Racismo: Com Muito Orgulho e Amor*.

Mas será que acabamos mesmo com a injustiça, com a humilhação e com o desrespeito com que o conjunto da sociedade brasileira ainda nos trata? Será que acabamos com a falta de amor-próprio que nos foi transmitido desde muito cedo nas nossas vidas? Será que já nos libertamos do sentimento de que somos menores, cidadãos de segunda categoria? Será que gostamos mesmo da nossa pele, do nosso cabelo, do nosso nariz, da nossa boca, do nosso corpo, do nosso jeito de ser? Será que nesses 120 de abolição conquistamos o direito de entrar e sair dos lugares como qualquer cidadão digno que somos? Ou estamos quase sempre preocupados com o olhar de desconfiança e reprovação que vem dos outros?

A escravidão oficial acabou. Mas depois de 129 anos após a abolição da escravidão nós negros ainda lutamos pela garantia de igualdade de direitos. Em assim sendo, e considerando a escola como o lugar privilegiado de educar para as relações raciais, cabe entender como o mesmo se dá neste contexto.

1.2 - Racismo no ambiente escolar

Os processos educacionais têm contribuído com o sistema de manutenção e de reprodução da desigualdade histórica da população negra brasileira, principalmente, no que diz respeito à invisibilidade de crianças e jovens negros. Os estereótipos negativos em relação às pessoas negras são presentes na escola. Sabemos que o racismo nas escolas é permeado de preconceitos e onde o racismo torna-se cada vez mais forte, causando um visível sofrimento para as crianças e jovens negros nesse ambiente educativo. E por mais que o Brasil tenha uma população miscigenada, o racismo ainda é muito enraizado na sociedade, garantindo assim uma herança do preconceito racial, que está sendo reproduzida no espaço escolar.

(...) no convívio com estereótipos negativos, as crianças aprendem a internalizar sentidos positivos ou negativos sobre si mesmas, e a professora é uma das principais pessoas que vai lhes possibilitar “informações sobre como e o que elas são, a partir do fornecimento dos principais dados sobre seu desenvolvimento, suas capacidades e habilidades” (SILVA, 2002, p.138).

A escola é ambiente que apresenta diversas culturas, costumes e um conjunto de diferentes pessoas, o espaço escolar é um lugar capacitado para trabalhar a diversidade, a orientação religiosa e sexual, o preconceito e a discriminação, onde os

educadores devem transformar seus conhecimentos em forma de aprendizagem mais fácil e aceitável no espaço escolar, em uma tentativa de amenizar os problemas raciais na escola.

A necessidade de reescrever a História nas diversas áreas do conhecimento é de extrema importância, principalmente para desmitificar o mito de que o Brasil, por ser um país de grande miscigenação, não tem problemas raciais como sempre se observa por meio de educadores internacionais (CAVALLEIRO, 2001, p. 33).

A escola tem função de educar, e essa educação não está apenas restrita aos conteúdos disciplinares, mas deve, sim, promover conhecimento além dos livros, ensinando como lidar com as diferenças sociais, de cor, de gênero, culturais dentre os diversos elementos presentes no nosso cotidiano. A escola tem que ter entre seus objetivos a busca pela igualdade de oportunidades, sem a intenção de mascarar ou camuflar o racismo.

A escola é considerada o *locus* privilegiado para educação em direitos humanos, porque nela se dá a formação por meio da transmissão cultural. Nesse sentido, valores e hábitos se perpetuam extrapolando o ambiente escolar e influenciando a convivência social, no sentido mais amplo (GARCIA, 2007, P.45).

A discussão sobre o racismo precisa estar presente no âmbito escolar e ser trabalhada por todos os profissionais que estão na escola. Nesse sentido é importante que o profissional da educação esteja preparado para lidar com a diversidade que existe na sociedade e dentro da escola com os alunos, principalmente com os alunos negros, pois esses que mais sofrem com a reprodução do preconceito e do racismo. Um profissional da educação capacitado pode ser um instrumento indispensável no combate do racismo na escola, é necessária a presença de profissionais capacitados para assegurar essa luta contra o racismo é escassa nas escolas.

Conhecer a história da educação do negro significa, dentre outras coisas, a necessidade de adentrar esses diferentes tipos de escolarização e educação, como espaços de construção da cidadania e fonte de conscientização da origem afro-brasileira. Consequentemente, a invisibilidade social é “desnaturalizada” fazendo emergir as diferenças nas formas de tratamento, a desigualdade racial e social, (GARCIA, 2005, p. 36).

Para realizar uma discussão de racismo no ambiente escolar é necessário reconhecer que tal fenômeno existe e que está acontecendo dentro da escola. A compreensão da existência do racismo causa um desconforto para muitos profissionais da educação. Muitos preferem esconder, camuflar ou até mesmo mascarar os casos racistas, na intenção de negar a existência do racismo na instituição escolar. Ao identificar que o racismo é real e presente dentro da escola, o que está sendo feito para amenizar tal situação?

Percebe-se a falta de preparo nas escolas para lidar com as situações racistas, preconceituosas é discriminatória, não sabendo lidar com tais situações, o aluno negro que sofre com essa falta de preparo nas escolas, mesmo sendo assegurados pelas leis 9.459, de 13 de maio de 1997 e a 7.716, de 5 de janeiro de 1989 , que relata que é um crime excluir e discriminar qualquer afro descendente, mas na prática é fácil constatar o não cumprimento dessas leis , pois o racismo continua a se manifestar de diversas formas, como piadas, xingamentos, chacotas e dentre outros no ambiente escolar.

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos a descritivos através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações. (SILVA, 2005, p 22).

Uma das principais pesquisadoras sobre esta temática no Brasil, Eliane Cavalleiro, afirma que, já na infância, é possível perceber entre as crianças negras o estabelecimento de padrões negativos as delas com relação ao seu grupo próprio étnico. Ainda segundo a autora “em contrapartida, crianças brancas revelam sentimento de superioridade, assumindo, em diversas situações, atitudes preconceituosas e discriminatórias, xingamentos e ofendendo as crianças negras, atribuindo caráter negativo a cor da sua pele” (CAVALLEIRO, 2014, p.10).

Os negros entendem que a educação é umas das poucas formas de ascender socialmente, levando uma vida mais estável e merecedora em frente a uma sociedade racista, ou seja, a educação para a maioria dos jovens negros é um meio de transgredir de estados na sociedade preconceituosa. Mas no âmbito escolar para os estudantes negros a inferiorização racial e a desqualificação nesses espaços educacionais só aumenta a desistência dos negros na escola, no entanto pode afirmar-se que a discriminação racial constituída na sociedade causa uma reprodução negativa a imagem dos jovens negros estudantes, é ao serem rejeitados, menosprezados, inferiorizados e marginalizados no espaço escolar, fica difícil aos estudantes negros aceitarem a escola como um espaço de direitos para todos. Fica explícito que o tratamento dado às crianças e jovens negros no ambiente escolar pode atrapalhar seu rendimento tanto dentro como fora da escola, Santos (2005).

Ao longo dos anos o racismo, o preconceito e a discriminação racial estiveram presentes no ambiente escolar, os estudantes negros tiveram uma educação diferenciada, essas questões raciais levaram diferentes gerações de militantes negros

a se mobilizarem por uma educação mais igualitária no Brasil. O movimento negro unificado brasileiro passou a mobilizar-se por uma educação política universal, na busca de fortalecer as crianças e jovens negros no âmbito escolar por meio de uma construção de uma identidade racial através dos estudos africanos, visa como papel principal a inclusão das histórias dos negros brasileiros e dos negros africanos, na tentativa de criar na educação brasileira uma conscientização no espaço escolar, visto que essa proposta de conscientização no ensino, aumentaria uma probabilidade da permanência e uma aceitação dos estudantes negros no ambiente escolar.

A partir da situação diagnosticada, o movimento negro passa a exigir do sistema educacional formal o reconhecimento e a valorização da história dos descendentes de africanos e o respeito à diversidade, identificando na educação a possibilidade de se construir uma identidade negra positiva (RODRIGUES, 2005, p.253).

Uma das ferramentas de luta contra o racismo na escola é a Lei 10.639 de 2003 que, junto com a Lei 11.645 de 2008, alteram o art. 26.A da LDB incluindo também as questões indígenas. O artigo 26.A determina que à escola deve oferecer a seus alunos oportunidade para a construção de uma identidade que possibilite o posicionamento consciente do negro e do indígena, numa perspectiva que privilegie a valorização das diferenças culturais. Logo, a legislação exigiu à inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade de ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, Presidência da República Casa Civil, (BRASIL, 1996).

Art. 26- A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

Percebe-se que a temática da educação etnicorracial, pelo viés do processo da manutenção do racismo no ambiente educacional ainda tem sido pouco discutido, embora haja uma grande preocupação com a implementação da Lei 10.639/2003 sobre ensino da História da África e da cultura Afro-brasileira, que estabelece a inclusão destes conteúdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A lei vem fortalecendo a instituição escolar como um espaço propício para realizar as discussões do preconceito e do racismo, aprofundando com os estudos da

africanidade, gerando assim uma valorização do negro, da cultura e história dos afrodescendentes.

O desconhecimento da cultura e da origem, somado a falta de referências positivas da raça, são fatores que afetam negativamente a autoestima dos (as) negros (as). Em vista da supremacia branca, e do domínio que estabelece na sociedade brasileira muitos (as) negros (as) buscam assemelhar-se ao branco, fato este que fortalece a ideologia do branqueamento que é uma das formas de desenraizamento da cultura negra. A ideologia do branqueamento ganha força mediante à desvalorização da cultura de origem africana e da presença e influência da raiz africana no país (GOMES 2009, p. 109).

As constantes lutas dos movimentos negros a favor de uma educação antirracista, a Lei 10.639/2003, nos fazem refletir sobre uma implementação mais eficaz no âmbito da aprendizagem, onde essa mudança depende de todo um conjunto de membros do espaço escolar, sendo assim não podemos deixar de falar sobre o processo de qualificação dos educadores nesses espaços. Ou seja, é muito importante questionar se os professores universitários estão tendo um preparo adequado para cumprir os objetivos da Lei 10.639/2003 no ambiente escolar, se realmente os educadores estão engajados na luta contra o racismo na escola.

A partir dos fatos citados, pode-se reconhecer a educação antirracista como um trabalho provável de ser realizado no espaço escolar, possibilitando o reconhecimento, respeito e valorização da igualdade de tratamento. Como já foi dito uma das condições para realizar a educação antirracista e o reconhecimento da existência de atitudes discriminatórias, do preconceito e do racismo na escola, realizando assim um compromisso por parte da equipe profissional de educação para acabar ou amenizar com esses atos raciais no âmbito escolar.

“O espaço escolar é o local onde é possível existir um convívio frequente de agentes da educação, onde tais educadores devem entender que ao reproduzir uma linguagem inadequada ao se refere aos alunos negros mesmo pensando que é uma forma de carinho causa sequelas na sua construção da sua identidade” Cavalleiro (2001). Ou seja, chamar os alunos negros, de pretinho/a, marronzinho/a e dentre outros, não é uma forma de afeto ou algo semelhante. É necessário realizar falas explícitas, contendo elogios sinceros, com propósito de fortalecer a imagem positiva dos grupos negros discriminados, tendo a intenção de provocar nesses grupos um sentimento de pertencimento ao espaço escolar.

Uma educação antirracista prevê necessariamente um cotidiano escolar que respeite, não apenas em discurso, mas também em prática, as diferenças raciais. É indispensável para sua realização e

criação de condições que possibilitem a convivência positiva entre todos (CAVALLEIRO, 2001, p.157).

O caminho para uma educação antirracista percorre uma trajetória longa e duradora, pois visa a erradicação dos tratamentos diferenciados e a busca pela valorização da igualdade racial. É preciso transformar o cotidiano escolar, fazendo uma profunda reflexão sobre o que sentimos e agimos diante da diversidade (CAVALLEIRO, 2001), ou seja, é necessário providenciar um cotidiano acolhedor para todos os alunos presente na escola, construindo um ambiente propício a valorização da diversidade.

A escola é ambiente de diversas culturas, costumes e diferentes pessoas, o espaço escolar é um lugar capacitado para trabalhar a diversidade e socializar toda a diferença encontrada nesse espaço educacional, visto que a escola é um ambiente que está rodeado de preconceito e racismo, onde os jovens sofrem pela sua raça, seus costumes e região.

A escola ajuda a reforçar esta situação de racismo, pois quando nega os preconceitos afirma não haver desigualdades entre os alunos. Sendo assim a instituição escolar junto com os profissionais capacitados possuem um papel relevante na construção de uma educação antirracista e de um ambiente acolhedor para todos os alunos, e em conjunto na luta na superação do racismo nesse espaço.

Lutar contra as formas de racismo no espaço escolar é dever de todos/as dentro da sociedade brasileira, mas como lutar é questionar uma ação racista que perante a sociedade não existe, assim fica complicado lutar. A escola tem um papel crucial no combate ao racismo nesse espaço, onde todos que estão inseridos no ambiente escolar não podem se calar e fechar os olhos para as diversas situações de racismo que é vivenciada na escola, o racismo manifesta-se de forma cruel, no entanto existem muitas formas de expressar o racismo na sociedade, no espaço escolar as manifestações do racismo são expressas de níveis diferentes, nesse ambiente predominarem o racismo individual é o racismo institucional, onde o racismo individual seria aquele que expressar seus próprios sentimentos e condutas com si mesmas, ou seja, o racismo individual estar internalizado no sujeito, o racismo institucional consiste em um racismo concretizado nas estruturas das instituições e nas organizações da sociedade, esse racismo se manifesta com comportamentos, práticas e normas adotadas nas instituições, essas práticas acontecem com as pessoas negras por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Segundo o CRI (2006) citado pelo “O guia de enfrentamento ao racismo institucional”, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de

desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p.22)

Há uma grande necessidade de estabelecer uma equidade nesse ambiente estudantil, visando uma garantia dos valores raciais presente na sociedade, essa desigualdade está presente tanto dentro como fora do espaço escolar, causando assim uma desistência dos estudantes negros na escola.

Na busca pela equidade na escola a Constituição Federal (1988) traz os princípios da equidade na tentativa de padronizar a qualidade de ensino. O artigo 206º afirma que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimento oficiais; gestão democrática do ensino público na forma da lei; garantia de padrão de qualidade.

A equidade que a legislação estabelece infelizmente nos dias atuais não está sendo contemplada.

O cotidiano escolar mostrar que de certo modo as ações racistas, preconceituosas e discriminatórias que estão presentes nas instituições de ensino, trazem ao estudante negro uma percepção negativa da sua imagem, e consequentemente uma negação do seu próprio grupo racial, construindo assim uma identidade racial deficiente, onde os conceitos raciais ditados pela sociedade ira concretizar na percepção desses estudantes negros, apontando sempre os pontos negativos que a supremacia branca impôs, o racismo nesse ponto consegue destruir a vida social e cultural dos jovens negros.

Desde criança os negros são de alguma forma influenciada a negar a sua cor, pois normalmente nos espaços que frequentam se deparam com a falta de valorização de sua pertença racial, na escola, por exemplo, local em que deveria sentir-se acolhido se torna para o negro mais um local de discriminação, a sua história não é valorizada, e eles raramente se deparam com referências positivas de sua raça (SILVA; BERNARDINO; SILVA, 2016, p. 224).

Nessa trajetória do racismo na escola é insatisfatório o reconhecimento mais amplo para tal luta no espaço escolar, por mais que já tenha pequenas discursões da temática racial nas pautas educacionais, é preciso trazer um debate racial mais significativo para dentro do espaço escolar. Sabemos que é necessária uma transformação nesse espaço estudantil, logo é indispensável mudar os valores negativos da imagem do negro abordados no âmbito escolar, trabalhar para modificar

essa percepção do negro brasileiro é inferior, sendo através do material didático escolar, na implementação correta da Lei 10.639/03, trazer debates antirracistas para o ambiente escolar, em outras palavras existe uma enorme necessidade de elaborar novas formas de educar as crianças e jovens brasileiros e enfatizar cada vez mais a igualdade entre esses estudantes, frisando que a escola é um lugar propício para iniciar um processo de mudança satisfatório no enfrentamento do racismo na escola, pequenas ações podem mudar pensamentos racistas nesse mundo tão pequeno e tão grande chamado escola.

1.3- Racismo camuflado pelo *bullying*

A questão do *bullying* por muitas vezes é confundida com o racismo, mas não é. Primeiramente porque o racismo é crime inafiançável e imprescritível segundo a Lei 7716/89, ou seja, atitudes racistas é caso de polícia. O racismo estar presente no país desde a formação, ou seja, desde a fundação da nação brasileira, causando no decorrer nas décadas uma extrema desigualdade racial na sociedade, no que diz respeito aos negros que foram colonizados, explorados, ultrajados e discriminados. No Brasil o racismo é uma expressão da desigualdade injusta marcada pela cor da pele, ou seja, o racismo é reproduzido de geração a geração e passando como um costume familiar de pai par filho. Em outras palavras o racismo estar enraizada nas estruturas da sociedade. Por lado o *bullying* já é uma forma de intimidar, ameaçar e oprimir as suas vítimas.

Existi uma linha de diferença que separa o racismo do *bullying*, portanto no ambiente escolar chamar os atos racistas de *bullying* pode ser considerado uma estratégia para livrar o acusador da sua devida punição.

As crianças e jovens negros ao serem insultadas pela cor da sua pele, pelos seus traços físicos e pelo seu cabelo crespo, sendo utilizadas palavras ofensivas, maus tratos e intimidação por serem negros, esses insultos citados logo acima estão relacionados ao *bullying*. Tanto o *bullying* como o racismo no espaço escolar é inviabilizado, pois perante a sociedade brasileira ambos não existem nesse ambiente educacional.

O racismo está sendo camuflado pelo *bullying* na escola, onde os estudantes negros que são atingidos com xingamentos, palavrões, ofensas por serem negros. Embora muitas vezes sejam vistos como inofensivos no olhar dos adultos que presenciam a essa situação, a realidade é outra, pois para quem sofrem com as ações

do *bullying* sabe que é um acontecimento cruel é humilhante, pois as práticas racistas para serem trabalhadas como tal deveriam ocorrer eventualmente, entretanto as discriminações raciais contra os alunos afrodescendentes são vistas cotidianamente no ambiente escolar, (SILVA; BERNARDINO; SILVA, 2016, p. 227).

O *bullying* é entendido como uma ameaça, opressão, humilhação, tirania, maltrato e intimidação, essa ação é caracterizada por agressões verbais e físicas repetidas várias vezes por um indivíduo ou grupo a outras pessoas, o agressor tem como principal objetivo causar dor, angústia e sofrimento a sua vítima sendo ela física ou psíquica, (LOPES, 2005). As vítimas do *bullying* são geralmente indígenas, orientais, negras, baixas, altas, gordas e dentre outras, esses grupos de pessoas apresentam inseguranças, fragilidades, e dificilmente encontram apoio no ciclo familiar, o *bullying* é uma ferramenta usada na atualidade para intimidar é ameaçar os alunos no ambiente escolar. Como o racismo, o *bullying* também pode ocorrer em diversos lugares sociais como, trabalho, igreja, universidades, vizinhança, família e escolas.

Ao adentrar a história do processo racial no Brasil, fica explícito que racismo é diferente de *bullying*, pois racismo é um ato criminal inafiançável e por muitas vezes o ato racista é camuflado no âmbito da instituição escolar para amenizar o tal crime, que aparentemente é relatado como *bullying*, ou seja, os adultos responsáveis no ambiente escolar estão ocultando um crime racial, assim fica mais fácil e agradável de discutir. Há discurso alegando que é coisa de criança e apenas brincadeira, mas aquele aluno que sofreu racismo vai continuar sofrendo agressões e rechaços, pois os adultos responsáveis por aqueles estudantes negros na instituição de ensino estão ignorando a verdadeira história de racismo ali sofrido.

Fenômeno *bullying* surgiu no final dos anos 70 na Noruega, após três estudantes entre 10 e 14 anos que sofriam maus tratos no ambiente escolar cometeram suicídio, pesquisadores daquele país se puseram a estudar o fato, e os demais países iniciaram também uma jornada para estudar a questão do *bullying*, iniciando assim em 1993 a campanha Anti-Bullying nas escolas na Noruega.

No Brasil a onda do *bullying* dificulta ainda mais a qualificação do ensino dos alunos negros. O país sempre foi atrasado nas lutas raciais, pois mesmo tendo leis que criminalizam o racismo, é visto constantemente a violação desse direito, que foi construída para proteger os direitos dos negros perante a sociedade racista e no ambiente escolar não seria diferente tal violação dos direitos dos alunos negros nesse

ambiente tão hostil, o Brasil contém o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), pela Lei 13.185/16 que enfatiza o enfrentamento do Bullying, mas infelizmente não foi iniciada a implementação.

A Fundação de Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe) realizou a pesquisa *Preconceito e discriminação no ambiente escolar* a pedido da Inep em 2009. Segundo a pesquisa, os grupos que mais sofrem agressões físicas, humilhação, acusações injustas no âmbito escolar são os negros, os pobres e os homossexuais, o grau de práticas discriminatórias sofridas pelos estudantes negros, pelo fato de serem negros chega a 19% nas escolas. O bullying desvaloriza ainda mais o grupo de estudantes negros nesse ambiente de ensino, implicando assim no rendimento do aluno negro, a autoestima baixa, a depressão, os pensamentos de vingança, o uso abusivo de drogas e o suicídio são exemplos de efeitos causando pela a violência prática pelo *bullying* dentro do espaço escolar. Como nos confirma (SILVA; BERNARDINO; SILVA, 2016, p, 228).

Devido esta desvalorização do negro no espaço escolar muitas vezes os alunos afrodescendentes são expostos frequentemente a insultos referidos a sua pertença racial, brincadeiras pejorativas que afetam de maneira significativa no seu desempenho escolar, e este fator que pode ser chamado atualmente de *bullying* racial deve ser levado em consideração como sendo uma das possíveis causas do baixo desempenho dos alunos negros e do alto índice de evasão destes nas escolas.

A desvalorização do grupo racial no ambiente escolar permite que a desigualdade entre os grupos de alunos no âmbito escolar só aumente, a escola por sua vez tem que deixar de ser uma reprodutora desses atos racistas e no seu ambiente trabalhar a questão para uma educação antirracista, nesse desdobramento visar assim um processo na construção da autoestima e a busca por referências positivas, visando assim um fortalecimento na construção da identidade dos estudantes negros.

O racismo é marcado por uma violência cruel na escola, essa violência sendo verbal ou física, é visível o sofrimento que os estudantes negros passam nesse ambiente, levando estas marcas para sua vida adulta, deixando com elas um sentimento de inferioridade. É valido lembrar que a luta do movimento negro é para garantir a confiança e o fortalecimento da construção da identidade dos estudantes negros nesse espaço educativo. “Os jovens buscam valorizar algumas virtudes como respeito, solidariedade, amizade e o controle de si mesmo, de certo modo ausentes em suas trajetórias, em que são inferiorizados e desrespeitados” (PASSOS, 2005, p, 63).

2. A escola, o educador social, o Assistente Social e a Educação das relações etnicorracial: Desafios para os profissionais da educação.

2.1- O papel Social do educador

A igualdade é fundamental dentro de uma perspectiva de direitos humanos para que todos se beneficiem igualmente dos progressos alcançados; considerando as contribuições da história social, da infância, da família e o processo de socialização da criança e jovens negros. Na sociedade atual ainda se verifica a presença de hierarquias sociais na diferença de raças e também nos diferentes tratamentos dados às pessoas como consequência da cor de sua pele, o que se reflete em situações de discriminação (GUIMARÃES, 1999).

Para as crianças e jovens negros, ao serem discriminados (pela textura do seu cabelo, seus lábios e por seu nariz), é gerada o sentimento de inferioridade, e de forma inconsciente (UNICEF, 2010), esta mesma criança tendem a desvalorizar e negar as suas tradições, suas identidades e seus costumes. Ressalta-se que essas ações discriminatórias e de racismo permeadas pelo processo de branqueamento ainda têm forte presença no ambiente escolar MARTINS; SILVA, 2013, o que ainda contribui negativamente com o processo de formação da identidade e autoestima das crianças e jovens negros.

Entende-se que a escola é um ambiente privilegiado para promover a eliminação de toda forma de discriminação e racismo, mas nota-se que a falta de formação e habilidade dos educadores para enfrentar os casos de racismo no espaço educacional é ainda maior, pois alguns educadores ainda possuem um olhar antiquado a essa questão racial, atribuindo o problema da discriminação aos próprios negros, por não se aceitarem como tal perante a sociedade, conformando-se com uma realidade racista.

A escola necessita ressaltar as estratégias para criar conexão entre o aluno na escola e o aluno fora do contexto escolar, na perspectiva do conhecimento adquirido na escola e a vida prática do aluno, realizando assim uma ligação entre educação escolar com o mundo. A relação escola e aluno tem que ir além dos conteúdos curriculares, visando uma aproximação da realidade do estudante e da sua vida ao seu cotidiano, ao percebe a educação como um ato social a escola, é notável um avanço na transformação escolar. Grispeno (2006) afirma que:

A escola contextualiza o currículo, ministrando um conhecimento que faça sentido à vida do aluno. Estabelece uma relação entre o

conhecimento e as ações do dia-a-dia. Em sala de aula, os alunos são caminhos a serem traçados e o professor, o agente condutor dessa ação, sempre na mira de papel auto regulador dos mercados. Na sua função social, o professor desenvolve competências para a vida, levando o aluno a interagir com o meio em que vive.

A função social da escola é ter um compromisso na formação dos alunos, transformando-os em cidadão e cidadã na sociedade, visando o fortalecimento dos valores, atitudes, onde ao construir esse conhecimento os alunos tornam-se mais críticos, mais solidários e participativos tanto na vida social como no cotidiano escolar, ou seja, a função social da escola é adaptar as necessidades individuais dos estudantes ao seu meio social.

Os autores AZEVEDO; HAVACHE; SANTOS; ZAMORA (2013) afirmam que existem três tendências que interpretam o papel da educação na sociedade.

A primeira, denominada redentora, considera que o papel da educação é retirar o indivíduo da ignorância, sem se preocupar, contudo, com as questões sociais, como a desigualdade e a injustiça, pois a função da escola não é intervir na sociedade, considerada justa da forma em que se encontra estabelecida. A outra tendência é a reprodutora, que atribui à educação o papel de reproduzir a sociedade da forma em que se encontra estruturada, cabendo à escola preparar o indivíduo para sua inserção. Por fim, a terceira tendência, denominada progressista ou revolucionária, preocupa-se em educar o indivíduo para conhecer criticamente a sociedade. (AZEVEDO; HAVACHE; SANTOS; ZAMORA, 2013, p.01).

No papel de educador o professor tem como responsabilidade apresentar uma formação moral e de valores aos seus alunos, e quando falamos dos estudantes negros essa responsabilidade só aumenta, para aprimorar o desenvolvimento social desse grupo de alunos negros é necessário frisar a importância de ter uma base ética e moral representativa e definida para que esses estudantes no espaço escolar se tornem um cidadão com senso crítico. Nessa concepção que o educador tem que ter uma grande consciência da importância de transmitir os princípios para seus alunos, socializando com eles os reais valores que os rodeiam na sociedade e consequentemente formar cidadãos preparados para mercado de trabalho.

A Lei Nº 9.394/96 no Título I da Educação no parágrafo 2 ressalta que:

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Enquanto os educadores tiverem esses pensamentos negativos dentro da escola, as crianças e jovens negros são menosprezados, por mais que seja explícito que os educadores têm uma dificuldade em trabalhar o racismo na escola. Como nos coloca Santos:

Os educadores têm dificuldade em aceitar que a diferença, para alguns grupos, é sinônima de desigualdade, de menores oportunidades, e assim, quando se fala de desigualdade, buscam “muitos desiguais”. São comuns falas do tipo: “Mas o gordo também é discriminado”; “O japonês, os pobres existem muitas piadas de português...”, relativizando a discussão racial, que pode estar combinada a todas as outras formas de discriminação. O que dizer da mulher negra, pobre e gorda? (SANTOS, 2001, p. 105).

A falta de profissionais capacitados na rede de educação vem gerando necessidades específicas para o enfrentamento do racismo na escola. A ausência de iniciativa diante dos conflitos raciais entre os alunos só mantém o quadro discriminatório. Para a criança discriminada o seu silêncio é sofrimento só piora, pois ela não pode contar com nenhum apoio ou situação semelhante no espaço escolar.

Entende-se que essa luta no enfrentamento do racismo nos espaços escolares, traz grande desafio para os educadores, e a falta de educadores preparados para trabalhar o enfrentamento das questões raciais nesse ambiente escolar, causa sofrimento de grande expansão na vida social desses alunos negros, pois o educador que não tem um preparo adequado a essa temática racial, acaba cometendo graves erros na sua conduta profissional, principalmente com os estudantes negros que são menosprezados e inferiorizados pela cor de sua pele, enquanto isso os estudantes não-negros são privilegiados pela cor da sua pele. Em diversos casos esse preconceito racial que os alunos negros sofreram na escola é visto pelo mesmo como um desprezo e rejeição desses educadores por eles, pelo simples motivo da cor de sua pele, a textura do seu cabelo, seus traços faciais, prejudicando o desenvolvimento educacional e social desses negros, ou seja, a falta de iniciativa dos profissionais nessa luta contra o racismo perpetua no âmbito escolar.

O professor tem uma concepção sobre o aluno bom (ideal) e o aluno fraco (desinteressado), (Gonçalves, 2007), sendo que em grande maioria dos casos o aluno ideal é aquele que tem a pele branca, cabelos e olhos claros e, no entanto, o mau aluno pele mais escura, cabelos e olhos mais escuros, sendo assim classificados como negros. Os alunos negros no espaço escolar são rotulados como “leigos” incapazes de adquirir conhecimento, por esses e outros fatores esse grupo de estudantes negros são vistos de modo negativo pelos educadores. Logo, é notório o quão grande é o poder da crença na inferioridade moral e intelectual do negro pobre no ambiente escolar.

A autora Vanda Gonçalves (2007) no seu livro “Tia, qual meu desempenho? Percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros” traz uma pesquisa de campo realizada nas escolas municipais de Cuiabá, revelando os meios

seletivos de diferenciação do tratamento dos professores aos alunos negros, onde esses estudantes negros são chamados de fracos, as professoras entrevistadas relacionam o aluno fraco e aluno bom da seguinte forma:

Este aluno é fraco. O seu material é sujo. Ele não faz o dever de casa, tem preguiça de estudar e só sabe bagunçar. Não quer saber de nada com o estudo. Sua família não se importa com ele. O aluno bom faz todas as atividades, é esperto. Seu material é organizado. Ele tem vontade de estudar e sua família o incentiva ao estudo (GONÇALVES, 2007, p. 40).

É notória que a concepção dos professores dentro da sala de aula ao diferenciar os alunos em bom ou ruim, resume-se pela cor da pele, para a maioria dos educadores é fácil distinguir o conceito dos alunos brancos (bom) e os alunos negros (fraco), é uma classificação baseada em serem bons ou ruins exemplos: estudantes negros são fracos, para os professores não tem jeito, eles não conseguem aprender, agressivo, são sujos, não tem hábitos de higiene e tem muita preguiça. Em contrapartida os alunos brancos são bons, segundo os professores são geralmente os que fazem o dever de casa, tomam banho, têm atenção, são organizados, seus pais comparecem nas reuniões e são alunos que obedecem, ou seja, a imagem do aluno negro é sempre negativada pelos professores dentro da escola, essa diferenciação e a estigmatização imposta nas salas de aula pelos professores, influencia um baixo rendimento escolar desse grupo classificados como fracos.

Os alunos recebem tratamentos diferenciados desde a sua entrada na escola, visto que o processo começa no início de sua carreira escolar: através do descaso manifesto pelo professor, pelo não-reconhecimento do aluno em suas potencialidades, penalizando-o por meio de castigos e punições variadas, como comentários negativos sobre suas famílias, e, ainda, pela utilização de forças físicas. Todos esses processos podem dificultar e/ ou comprometer o desempenho dos alunos (GONÇALVES, 2007, p. 74).

Segundo Gonçalves (2007) a justificativa das professoras para o fraco rendimento apresentado pelos alunos negros, centra-se nos próprios alunos e nos respectivos familiares. Esta justificativa mostra como a teoria do déficit cultural ainda continua alimentando o preconceito na escola. Essa confirmação que autora nos traz, deixa explícita a visão de que os alunos negros de classes pobres possuíam uma cultura inferior aos demais alunos no âmbito escolar.

Ao que tudo indica, a escola, que poderia e deveria contribuir para modificar as mentalidades discriminatórias, ou pelos menos inibir as ações discriminatórias, acaba contribuindo para a perpetuação da discriminação, seja por atuação direta de seus agentes, seja por sua omissão perante os conteúdos didáticos que veicula, seja pelo estímulo a segregação (GONÇALVES, 2007, p. 30).

Portanto, os profissionais capacitados exercem importante papel nesse complexo processo da luta contra o racismo, preconceito e a discriminação racial no espaço escolar. Segundo afirmação de (SANTOS, 2005), “é fundamental que as universidades já formem professores para uma educação antirracista e não eurocêntrica”.

Entende-se que é uma tarefa difícil mudar a estrutura de ensino da escola, mas é necessário mudar os padrões elitizados de ensino, é essencial que o educador mude seu discurso racista e tenha uma grande mudança na sua postura como professor (a), na perspectiva de igualdade entre os alunos, uma mudança voltada a causa antirracista na escola, aprender a compreender as diferenças históricas imposta pela sociedade, visando compreender melhor a diversidade social e cultural dentro do espaço escolar.

Os professores precisam compreender que não há argumento que justifique o baixo desempenho educacional. O desafio é garantir o acesso, a permanência e uma educação que reconheça e respeite a singularidade de cada um, pois o reconhecimento das diferenças humanas nos impede de conceber que os alunos brancos, negros, pobres e deficientes, inseridos numa mesma realidade, possam ter objetivos, vontades, comportamentos, aprendizagem e desempenho iguais.

Os profissionais da educação capacitados têm que levar a educação antirracista no espaço escolar, possibilitando a discussão sobre o racismo e que seja frequente e permanente, na perspectiva de atingir a igualdade de oportunidades para todos os grupos presente na escola. Segundo Cavalleiro (2001).

Educadores que realizam a educação antirracista têm como meta levar para o espaço escolar a discussão sobre as desigualdades na sociedade. Discutem os problemas sociais e as diferentes proporções em que atingem os diversos grupos raciais, mostrando as vantagens e as desvantagens de pertencer a determinado grupo racial.

Enfim, a questão racial no espaço escolar tem que ser discutida em conjunto entre a escola e os educadores, enfatizando assim o rompimento do silêncio da discussão do racial dentro do ambiente escolar, ambos têm um papel importante na desconstrução do favoritismo abordada dentro da sala de aula pelos educadores.

Os educadores têm de certo modo uma obrigação de conhecer ou até mesmo ter um domínio em relação à cultura, a economia, política e social ampliando assim o conhecimento dos seus educandos questionando no ambiente escolar as diferenças étnico-culturais sobre a realidade é cruel e desumano.

Questionar o cotidiano escolar, compreender e respeitar as diferenças raciais, culturais, gênero e dentre outros. Pensar num currículo multicultural é opor-se ao etnocentrismo e preservar valores básicos de nossa sociedade.

Embora saibamos que seja impossível uma escola igual para todos, acreditamos que seja possível a construção de uma escola que reconheça que os alunos são diferentes e que possuem diversas culturas, nessa perspectiva é necessário repensar o currículo educacional a partir da realidade existente dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais. Assim, podemos deduzir que a exclusão escolar não está relacionada somente com o fator econômico, ou seja, por ser um aluno de origem pobre, mas também pela sua origem etnicorracial.

2.2 - As competências do Assistente Social no enfrentamento do racismo na escola

A educação escolar é um dos meios mais importantes do processo educacional. É reconhecida como uma das bases sobre as quais se assenta o desenvolvimento social, econômico e político.

O Serviço Social trabalha em parceria com a instituição escolar, na busca na superação da desigualdade social, na tentativa de transformar a escola em um ambiente preparado para desenvolver os valores sociais dos sujeitos, trabalhando no contexto com a realidade de cada aluno, buscando sanar seus problemas e necessidades sociais presentes naquele momento e enfatizar a escola no fortalecimento dos alunos negros desenvolvendo um senso crítico da sociedade atual. Reforçando essa ideia, lembra (SANTOS, 2011):

É de extrema importância que o profissional do Serviço Social, inserido na escola, saiba trabalhar com programas visando à prevenção e não depender o seu tempo meramente com a efervescência dos problemas sociais. Na escola, o assistente social deve ser o profissional que precisa se preocupar em promover o encontro da educação com a realidade social do aluno, da família e da comunidade, a qual ele esteja inserido.

No âmbito escolar é necessário desnaturalizar e problematizar as diversas formas de discriminação, possibilitando assim os direitos dos estudantes e garantindo sua autonomia prevista no projeto ético-político. Como profissional o Assistente Social tem como seu objeto de intervenção as necessidades sociais, que logo deve intervir nas expressões da questão social. (SOUZA, 2012).

O Serviço Social trabalha em conjunto com as demais áreas de atuação na escola, tornando um processo importante para a sua contribuição na escola, pois sua profissão tem o trabalho de influenciar vários determinantes como o político, cultural, geográfico, econômico, exigindo do assistente social um conhecimento da realidade na qual está inserido e deve estar atento à possibilidade que a realidade apresenta no espaço escolar. Portanto o assistente social não estar restrito à sua profissão em apenas uma única necessidade, tanto em constante da atualização com o conhecimento e sua totalidade.

Dentre as atribuições do assistente social, encontra-se a tarefa de lutar pela participação social, emancipação, autonomia (ética, política, moral, cultural), desenvolvimento dos sujeitos sociais e, principalmente, pela ampliação dos direitos sociais e da cidadania, investindo assim nas potencialidades dos usuários, caminhando sempre na busca da liberdade política, econômica e cultural (SOUZA, 2012).

A inserção do Assistente Social na instituição escolar implica contribuir nas ações educativas, e que essas ações tornem uma prática a inclusão social, focando com a formação da cidadania dos sujeitos envolvidos e trabalhando pela eliminação do racismo, como diz o VI Princípio fundamental do Código de Ética do /a Assistente Social:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 1993, p.23).

Realizando uma parceria da escola e o Serviço Social, ambos trabalhando na superação do racismo e suas desigualdades sociais na escola, criando um ambiente onde os estudantes têm um senso crítico a respeito de tudo e todos ao seu redor, ou seja, o assistente social trabalha possibilitando o sentido educativo de revolucionar as consciências de todos no espaço escolar, seja o educador, os alunos e demais funcionários que trabalham na escola, proporcionando inovadoras formas de intervenção através da discussão argumentativa, reforçando as relações de grupos raciais, questões interpessoais e casos discriminatórios na escola. Nessa perspectiva o Serviço Social Escolar contribui no processo educacional, promovendo uma maior interação entre a instituição escolar e a comunidade ao redor da escola. Logo

A inserção do profissional de Serviço Social nesse campo de atuação nos impõe (...) uma tarefa/desafio, que é o de construir uma

intervenção qualificada enquanto profissional da educação, que tem como um dos Princípios Fundamentais de seu Código de Ética Profissional o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas políticos sociais, bem como sua gestão democrática”. O que significa que precisamos empreender uma construção coletiva (enquanto categoria profissional), que será caracterizada por caminhos e experiências diferenciadas, mas com o mesmo (CFESS, 2001, p. 7).

ALMEIDA (2000, p. 02) ressalta que é necessário:

(...) pensar na sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação as estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.

Tais competências constam no Projeto de Lei nº 3.466 de 2012, que salienta a ideia de fortalece o trabalho do Serviço Social com a educação, pautada na realidade dos alunos no ambiente escolar, mantendo assim o Serviço Social escolar obrigatório. De acordo com o Projeto de Lei nº 3.466 de 2012, “todas as Escolas Públicas, Entidades Filantrópicas, OSCIPs e Fundações cuja atividade principal seja o provimento da educação ficam obrigadas manterem o serviço social escolar” (Artigo 1º) (BRASIL, 2012, p. 2).

O Projeto de Lei apresenta competências do Serviço Social no âmbito escolar, as quais representam ações importantes para o desenvolvimento da educação a partir de um olhar que compreende a necessidade de um acompanhamento social para com os alunos e alunas atendidos nas instituições de ensino (CRUZ, FREITAS, OLIVEIRA, p, 99).

Em seu Inciso III, do Artigo 1º, o projeto orienta que se deve

Integrar o Serviço Social Escolar a um sistema de proteção social amplo, operando de forma articulada outros benefícios e serviços sócio assistenciais, voltados aos pais e alunos no âmbito da educação em especial, e no conjunto das demais políticas sociais, instituições privadas e organizações comunitárias locais, para atendimento de suas necessidades (BRASIL, 2012, p. 2).

Ao justificar o objetivo de “tornar obrigatória a contratação de Assistente Sociais para os estabelecimentos de ensino público” o Projeto de Lei cria assim possibilidade de encontrar problemas sociais através da sua capacidade profissional e logo irá possibilitará as soluções e uma provável melhora na qualidade do trabalho oferecido na escola (BRASIL, 2012, p. 2-3).

Essa proposta sinaliza que a escola não se limita somente à educação formal nas salas de aula, mas exerce um papel fundamental na formação cidadã dos educandos, contemplando um conjunto de atividades desempenhadas dentro e fora dela. Nessa perspectiva é o profissional de Serviço Social que vem criar as possibilidades de construir uma ponte que permita interligar a família, a comunidade e a escola com a intenção de suprir as necessidades de toda a comunidade escolar (BRASIL, 2012, p. 3).

A escola é um espaço que enfrenta inúmeras dificuldades sociais, o olhar crítico do assistente social nesse espaço educacional poderá ajudar a solucionar essas inúmeras dificuldades, que é um profissional capacitado e habitado para lidar com situações mais próximas da realidade dos alunos negros e não negros assumidos assim um fortalecimento da inserção do assistente social no âmbito escolar.

O assistente social pode ser um profissional capacitado para lidar com as questões sociais e suas expressões, como norteador das desigualdades raciais que estrutura as desigualdades sociais, trabalhando a associação a comunidade. A Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662 de 1993 normaliza as competências atribuídas ao Assistente Social, o Art. 4º Constituem 11 competências do Assistente Social. O profissional de Serviço Social dentro do seu âmbito de atuação conseguir realizar diversas tarefas, como realizar planos, projetos, como nos mostra a II competência do Assistente Social.

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

Com o propósito de desenvolver suas competências éticas- político e técnico operativo no campo da atuação profissional o Assistente Social necessita compreender os direitos e deveres vinculados ao Código de Ética Profissional, nos artigos: Art. 2º - Constituem direitos do/a assistente social e o Art. 3º - São deveres do assistente social, nesses artigos ressalta os direitos e deveres desse profissional no seu campo de atuação.

Perceber a importância do conjunto do Código de Ética e a Lei de Regularização da Profissão para garantir uma qualidade profissional para a categoria, pois esses instrumentos são cruciais na atuação dos Assistentes Sociais no mercado de trabalho, onde o profissional de Serviço Social pode exercer um papel mais eficaz e tendo assim uma autonomia no cotidiano profissional.

Nessa perspectiva, o Serviço Social na escola identifica as demandas presentes no espaço escolar, tendo em vista que os profissionais da educação não conseguem dar conta, sozinhos, dos problemas sociais, afetivos e culturais dos alunos. Para tanto, o Assistente Social, com sua formação especializada, apresenta-se como uma necessidade urgente para atender às inúmeras e complexas

demandas que convergem para a escola, influenciando no processo educativo e na formação de cidadãos e cidadãs aptos a atuarem na construção de uma sociedade mais justa e feliz (BRASIL, 2012, p. 04).

CAPÍTULO IV- Do direito a Educação, a Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

Art. 53.

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Direito de ser respeitado por seus educadores;

Os assistentes sociais nas escolas trazem propostas de transformação no ambiente escolar, onde as ações serão apontadas para os alunos presentes nas escolas e seus familiares, conceituando assim a realidade, tanto cultural e socioeconômica onde vivem essas famílias. O profissional de Serviço Social deve atuar de modo crítico, refletivo e educativo para melhor trabalhar as questões raciais dentro desse espaço.

É notável que na atualidade os estudantes estejam se desgastando, por meio do uso abusivo de drogas e a própria violência constata dentro das escolas, os jovens estudantes buscam por alguém que os apoiem nessa luta constante de sobrevivência, por mais que a escola seja considerada um solo privilegiado para educar crianças e jovens estudantes são difíceis entender e neutralizar essas questões sociais, sendo que a maioria dessas questões são fenômenos sociais ocorridos fora da escola, onde tais fenômenos envolvem os docentes diretamente dentro da escola. Alguns pesquisadores relatam que os (as) professores (as) não estão preparados para trabalhar questões sociais dos estudantes, principalmente dos alunos negros no que diz respeito a ações racistas dentro da instituição escolar.

Nesse ponto vista o profissional do Serviço Social tem que criar uma relação escola- aluno- família, na luta para minimizar essas questões sociais e raciais nesse âmbito escolar, o assistente social tem que desempenhar nesse espaço educacional propostas eficazes na luta, no enfrentamento do racismo e travando uma guerra constante e persistente no movimento da educação antirracista nas escolas, fortalecendo assim um vínculo a comunidade escolar.

Na atualidade o assistente social, escola e professores tem que trabalhar com uma perspectiva social, onde a grande missão desse conjunto de profissionais é lidar com as tarefas de eliminar ou minimizar o preconceito na escola, preconceito esse que é direcionado especificamente aos estudantes negros, prejudicando seu desempenho

escolar, autoestima, destruindo assim uma tentativa de construção da identidade desses alunos negros.

A presença dos assistentes sociais poderá facilitar o enfrentamento do racismo no espaço escolar, acrescentando a vida dos estudantes negros uma credibilidade na vida social desses alunos.

2.3 - O racismo educacional e o despreparo dos profissionais da educação

O racismo manifesta-se de diversas formas, estando presentes nos ambientes sociais onde destacamos a escola. Nesse contexto, quando se pensar em educação para a igualdade racial é necessário pensar, reconhecer e compreender o processo discriminatório racial dentro desse espaço escolar, levando em consideração que os educadores não estão preparados academicamente para trabalhar ou discutir as relações etnicorraciais na escola, essa falta de compreensão e entendimento com a questão racial, é negável a existência de ações racistas nas escolas, logo essa negação dos educadores consequentemente afetam diretamente no desempenho escolar dos estudantes negros.

Alguns autores afirmam que a falta de preparo dos profissionais da educação com a questão racial evidencia que os estudantes negros que convivem frequentemente com a rejeição conceber um sentimento de inferioridade instigado pelos mais desumanos e cruéis instrumentos discriminatórios presentes na nossa sociedade racista. Essa questão especificar o que chamamos de racismo educacional.

O racismo educacional compreende-se por toda e qualquer forma de discriminação e preconceito motivada por racismo dentro do espaço escolar. Cavalleiro (2000) evidencia em sua pesquisa sobre estabelecimentos educacionais de educação infantil a dificuldade que a escola apresenta em lidar com a questão étnica e a ausência de questionamento acerca da existência do problema. Ou seja, professores reagem de forma extremamente preconceituosa e por muitas vezes cruéis diante dos conflitos étnicos, evidenciando a “naturalização” do racismo na escola acompanhada pela omissão e pelo “desrespeito” com o relacionamento com os alunos/as negros/as.

Rodrigues (2010, p.11) nos afirma que a preocupação parte dos/as professores/as e gestores/as não contaram com a formação continuada já que não

há previsão de formação com viés da diversidade racial nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, visto que, para combater o racismo é imprescindível admiti-lo, conhecer suas origens, causas e consequências e especialmente adotar uma educação antirracista capaz de dismantelar o aparato ideológico racista mantido no sistema educacional.

A escola por muitas vezes é um ambiente desfavorável e insuportável aos estudantes negros. Pois esse ambiente é estigmatizado, onde e a injustiça, punições e tratamentos diferenciados são direcionados ao grupo de alunos negros, com esses fatores a queda do desempenho escolar dos alunados negros estaria explicada, mas infelizmente os profissionais de ensino não reconhece a queda de desempenho dos alunos negros estão ligados a esses fatores raciais. Rodrigues (2010) mostra que na escola as relações raciais são marcadas por desigualdades que impedem o desenvolvimento de alunos/as negras/as, a autora afirma que esse fato não é, porém, conhecido ou admitido pelos educadores que atribuem o mau desempenho ao pertencimento racial dos alunos.

As ações racistas estão cada vez mais presente no âmbito escolar, isso decorre pelo despreparo dos profissionais da educação, esse despreparo impede um olhar crítico sobre as demais faces do racismo educacional, Rodrigues (2010).

O cumprimento da Lei 10.639/03 nas escolas resume-se em comemorações e apresentações nos dias 13 de maio (abolição da escravidão) e 20 de novembro (Dia Nacional da consciência Negra), nos dias atuais o dia 20 de novembro compõe o calendário escolar, ou seja, esses dias são destinados a pinturas de imagem de negros “acorrentados” e caso de apresentações nesses momentos os alunos/as negros/as são submetidos a desfiles, jogar capoeira, sambar e imitar os orixás, segundo Rodrigues (2010).

Os dias comemoráveis que compõem o calendário escolar devem se realizadas pelos alunados em conjunto, em uma perspectiva da indiferença da cor da pele desses grupos, onde nas demais apresentações como a festa junina, a rainha da pipoca, festa da primavera, o rei e rainha da escola, enfim, são muitas comemorações que o grupo racial não se encaixa com o padrão de beleza que a sociedade nos impõe. No mês da consciência negra e escolas promoveram assim no mês de novembro o “desfile da beleza negra”, reforça a questão que os alunos negros não são capazes de competir com a beleza das demais crianças.

Na realidade a semana da “Consciência” negra acaba sendo em muitos casos o único espaço destinado à participação dos/as alunos/as negros/as, ou seja, não há incentivo à participação da

população negra educacional nas apresentações dos demais eventos nas escolas. (RODRIGUES, 2010, p.50).

Existe uma necessidade de ter profissionais preparados para lidar com as questões raciais no ambiente escolar, profissionais da educação que conseguem lidar e trabalhar as ações racistas frequentes dentro da escola, não apenas ser mediador nos conflitos raciais, mais sabe articular e argumentar as manifestações racistas de forma coerente, visando o ensino da história e cultura afrodescendentes na valorização e autoestima da população negra, na luta constante por uma educação antirracista. A falta de representação positiva da população negra só estimula o racismo educacional.

A ausência de representação de pessoas negras nos livros e espaços escolares como um todo; a organização curricular; a ausência de formação e especialmente de sensibilização de todos os atores pertencentes à comunidade escolar; tudo isso alimenta cotidianamente o racismo educacional tornando-se doses homeopáticas de destruição da autoestima e autoconfiança do aluno/a negra/a. Nesse sentido, a importância e o espaço destinado ao racismo educacional nesse trabalho se devem à compreensão de que é preciso compreendê-lo para que se possa então minar suas consequências: a evasão e a repetência escolar que são resultados do processo de desvalorização da pessoa negra e “estereotipação” de sua história e identidade e especialmente por desconhecimento ou desconsideração por parte dos/as professores/as e gestores/as escolares (RODRIGUES, 2010, p. 52).

2.4 - Educações das Relações Etnicorraciais e o Projeto Político Pedagógico

A obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira na educação é uma das diversas reivindicações do Movimento Negro no Brasil, na busca de incluir na história as contribuições que o povo negro tem feito nas áreas econômica, social e política convenientes à história do Brasil.

O sistema escolar tem tais ferramentas para organizar e preparar um plano de ação que cumpra suas atividades ao longo do ano letivo e necessário a compressão de todos os profissionais no ambiente escolar para finalizar esses planos com eficiência.

Por isso a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) deve conter as participações de toda comunidade escolar, para que todos possam contribuir nas decisões necessárias na escola, o PPP salienta a possibilidade de definir caminhos com o grupo, ou seja, traçar escolhas e definir metas, mas o PPP tem que ser elaborado visando na realidade do aluno, onde a diversidade racial tem que está mais presente na criação do PPP. O

Para Valdelaine Mendes (2009), citado por Ruth Rodrigues (2010, p. 121) o Projeto Político Pedagógico:

[...] tem por objetivo reunir as linhas orientadas das atividades desenvolvidas em cada escola, considerando fundamentalmente as características locais em conformidade com as orientações legais nacionais. Não é algo neutro: traduz a concepção de mundo, de homem e de sociedade dos sujeitos das unidades escolares. Por se constituir no próprio cotidiano da escola, é algo dinâmico que necessita ser constantemente revisado e aprimorado. É ao mesmo tempo processo e produto da escola (MENDES, 2009, p. 230).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) visar uma educação de qualidade, o projeto tem que nortear as necessidades, que condizer com a realidade de cada escola e que possam ser atendida e respeitada. Para um bom PPP é necessário trabalhar a coletividade da comunidade escolar. A escola pode e deve ser um espaço privilegiado da construção da coletividade e cidadania, Rodrigues (2010).

Ao que diz respeito à obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e ensino médio, tanto nos ensinos públicos como nos ensinos particulares, principalmente nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias brasileiras, tendo como conteúdo preparado de referência: a luta dos negros no Brasil, o estudo da história África e dos Africanos, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, política e econômico propício a História do Brasil. Rodrigues (2010) nos afirma que não é possível conhecer a história do Brasil se não consideramos as histórias e culturas africanas. Para os estudantes negros o conhecimento de suas origens africanas e de extrema importância na formação da sua identidade, tanto individual como coletivo.

A lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 altera o (Art. 26ª da LDB) nos e traz essa obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e africana, em 2008 foi alterado pela Lei 11.645/08, que torna também obrigatório o ensino indígena nas escolas brasileiras. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), (2017, p. 21) expõem no art.26ª nos parágrafos 1 e 2 o conteúdo programado para a implementação dessa lei.

§ 10 O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 20 Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o

currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras.

A autora Ruth Rodrigues relatar que é possível identificar dentro da escola quatro fase que acontece no bojo pedagógico no processo do enfrentamento do racismo no âmbito escolar: A primeira fase e a da “invisibilidade”, segunda fase e a “negação”, a terceira e a do “reconhecimento”, a quarta fase e a do “avanço”. Cada “fase” é de extrema importância para o entendimento da relação escolar e o enfrentamento ao racismo, primeira fase e aquele que a escola encontra-se neutra a essa temática racial, a segunda fase creio que é a que mais prejudica os estudantes negros, a negação é a fase onde a escola começar a pensar a sobre o tema racial, mas, no entanto ainda são influenciados pela ideia da inexistência do racismo no espaço escolar, esses pensamentos apresentam uma grande dificuldade para reconhecer discriminação, preconceito e o próprio racismo, a terceira fase do reconhecimento e a escola por mais que reconheça à necessidade de se trabalhar a inclusão racial, a escola ainda sente muita dificuldade em trabalhar a essa temática, a quarta fase do avanço, essa fase a escola refletir o seu papel como transformadora da realidade dos estudantes negros, iniciando assim dentro da escola possíveis instrumentos pedagógicos para trabalhar a diversidade racial, a valorização e o reconhecimento das diferenças raciais estimula a permanência dos alunos negros na escola.

Ruth Rodrigues em seu mestrado estudou “*Educação das Relações Raciais no Distrito Federal: Desafios da gestão, 2010*”, sua pesquisa realizada buscou identificar o que pensam os gestores das escolas públicas do DF a respeito do racismo, especialmente sobre racismo educacional. Em seu estudo foi feito uma análise nos PPPs nas escolas visitas, a mesma concluiu que poucas escolas têm em seu PPPs um projeto adequado para trabalhar as relações étnico-raciais dentro do espaço escola, mas a escola que tinha um Projeto Político Pedagógico que mesmo de forma enviesada trabalhava com desigualdade racial o desempenho dos alunos negros era melhor que as demais escolas.

A implementação da Lei 10.639/03 (art.26ª da LDB) depende de uma sensibilidade e conscientização para além da imposição legal. É igualmente imprescindível o reconhecimento dos impactos do racismo no desempenho escolar dos/as alunos/as negros/as de forma a alcançar as metas constantes em muitos dos PPPs analisando: melhorar o rendimento escolar em pelo menos 25%; diminuir a distorção idade/ série e diminuir a evasão e repetência escolar (RODRIGUES, 2010, p. 129).

A escola é um espaço formado de cidadãos com respeito e valores, ou seja, cidadãos que respeitam o próximo e suas diferenças. Vários autores dessa

temática racial mostra uma realidade inversa a essa tal formação de cidadãos, o espaço escolar apresentar uma forma de preconceito sutil e essa sutilidade procriar uma ilusão de um indivíduo subconsciente da existência das diferenças dentro dos muros da escolar. A baixa estima, depressão, desvio comportamentais, agressividade, além do mais básico na escola como a dificuldade na aprendizagem, essas são algumas consequências notável de estudantes negros que sofreram racismo e atos preconceituosos dentro do ambiente escolar.

O despreparo dos profissionais da educação em relação à educação etnicorraciais na escola causa grande deficiência na formação da sua identidade, onde o sentimento de inferioridade é arrastado no decorrer da sua vida adulta prejudicando seu desenvolvimento social, por esse e outros diversos motivos é necessário a implementação da Lei 10.639. A falta de educadores qualificados nessa temática racial na escola só semeia as manifestações racistas e quem sofre com tal despreparo são os alunos negros.

O Brasil é um país que acredita na ideologia da “democracia racial” em uma perspectiva que não existe racismo no país, para afirmar essa ideologia racial a sociedade brasileira sempre mencionou a questão da “mestiçagem”, ou seja, todos somos negros, somos brancos, somos índios, não temos “cor” definida. Essa é uma realidade que a população negra tem ouvido durante muitos tempos, ao tentar reivindicar alguns direitos que foram camuflados da população negra. Nesse sentido era fácil imaginar que na educação a população negra seria o mais prejudicado.

O Brasil sempre foi atrasado, no que diz respeito a beneficiar a população negra do país, mas a partir de 2001 na Conferência Mundial Contra o Racismo, discriminação racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, que aconteceu na África do Sul, o Brasil inicia um pequeno avanço com a ligação especial pelas formas de discriminação racial vivenciada há séculos pela população negra.

O encontro na África do Sul em 2003 foi criado a Secretaria Especial de Política de Promoção à Igualdade (SEPPIR). O país assim de certa forma reconhece a existência de racismo, logo foi reconhecido o esforço das reivindicações do movimento negro nacional, tornando possível incluir às questões raciais na pauta das Políticas Públicas.

A partir desse reconhecimento da existência do racismo e de gêneros, social, discriminação racial no país, o Ministério da Educação na perspectiva de estabelecer uma arquitetura institucional capaz de enfrentar as múltiplas dimensões

da desigualdade educacional do Brasil, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). O grande desafio dessa secretaria era desenvolver e implementar Políticas de inclusão educacional, considerando as especificidades das desigualdades brasileiras e assegurando o respeito e valorização dos múltiplos contornos de nossa diversidade etnicorracial, cultural, ambiental e regional (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares, 2009).

Na procura do reconhecimento e valorização através da história, identidade e cultura da população afrodescendente, o governo criou o Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O Plano Nacional foi elaborado com a intenção de orientar e balizar os sistemas de ensino na implementação das Leis 10639/2003 e 11645/2008, norteado pelos princípios da educação, pensando assim na igualdade de direitos, na dignidade da pessoa humana, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e as discriminações.

No campo da educação as ações afirmativas vêm em uma tentativa de garantir os direitos dos alunos negros, no espaço escolar a busca constante pela adequação dos profissionais da educação, para que sejam mais qualificados e capacitados no enfrentamento das manifestações de preconceito, discriminação e racismo. Para garantir os direitos o Plano Nacional especificou seus objetivos na mudança de comportamento desses profissionais, para assim construir uma educação mais igualitária no país.

O presente Plano Nacional tem como objetivo central colaborar para que todo o sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação para garantir o direito de aprender e a equidade educacional a fim de promover uma sociedade mais justa e solidária. (PLANO NACIONAL, 2009.27)

Objetivos específicos do Plano nacional

- Cumprir e institucionalizar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura CNE/CP 01/2004 e Parecer CNE/CP 03/2004, e, onde couber da Lei 11645/08.
- Desenvolver ações estratégicas no âmbito da política de formação de professores, a fim de proporcionar o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos e da cultura afrobrasileira e da diversidade na construção histórica e cultural do país;
- Colaborar e construir com os sistemas de ensino, instituições, conselhos de educação, coordenações pedagógicas, gestores educacionais, professores e demais segmentos afins, políticas

públicas e processos pedagógicos para a implementação das leis 10639/03 e 11645/08;

- Promover o desenvolvimento de pesquisas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem, nacional e regionalmente, a cultura afro-brasileira e a diversidade;

- Colaborar na construção de indicadores que permitam o necessário acompanhamento, pelos poderes públicos e pela sociedade civil, da efetiva implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações etnicorraciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana;

- Criar e consolidar agendas propositivas junto aos diversos atores do Plano Nacional para disseminar as Leis 10.639/03 e 11645/08, junto a gestores e técnicos, no âmbito federal e nas gestões educacionais de municípios, estados e do Distrito Federal, garantindo condições adequadas para seu pleno desenvolvimento como político estado (PLANO NACIONAL, 2009.27).

O Plano Nacional da Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana surgiu com uma proposta de reeducação das relações etnicorraciais, em uma perspectiva de discutir e combater sobre o racismo e seus efeitos com os alunos negros na escola.

2.5– O assistente social e a educação das relações etnicorraciais

A profissão do/a assistente social tem um caráter prático interventivo que busca a efetivação dos direitos de cidadania a todos os usuários. Para Dias (2015), das contradições e característica que marcam o Serviço Social brasileiro, destacamos que a temática etnicorracial também aparece como característica que marca esta profissão.

No âmbito escolar existem entraves que dificultam a realização de debate/palestra das manifestações racistas nesse espaço, ressaltando assim a importância dessa realidade camuflada e distorcida pelos profissionais de ensino despreparados com a temática racial, a discussão etnicorracial sempre esteve em segundo plano pelos profissionais da educação, negligenciando assim a Lei 10.639/03.

O Projeto Ético-Político é uma ferramenta dos profissionais do Serviço Social, onde trabalham diretamente com a classe trabalhadora. Isto é, trabalham com os segmentos considerados mais empobrecidos da sociedade brasileira: negros, mulheres, lésbicas, transexuais, homossexuais, ou seja, grupos fragilizados e oprimidos pela sociedade machista e preconceituosa, esses grupos sempre estiveram presentes nos atendimentos dos assistentes sociais.

A inexistência de conhecimento e até mesmo a falta de debate sobre a educação das relações etnicorraciais nas escolas, resulta nas ideologias trazidas pelos docentes da inexistência do racismo no âmbito escolar. É essencial que dentro da escola os professores tenham um discurso crítico e competente em relação aos procedimentos ligados a educação etnicorracial para que possam assim construir um espaço propício para todos os estudantes, visando o enfrentamento e o combate ao racismo sejam pensamentos de toda comunidade escolar, ou seja, quando mais estiver o profissional da educação preparado para lidar com a desigualdade racial e com a herança racial que percorre na sociedade, fica mais fácil construir uma educação antirracista.

Em outras palavras a população negra que estão conscientes de tais atrocidades do racismo dentro do espaço escolar, anseia por profissionais que possam debater efetivamente a temática racial, por profissionais que saibam atuar e que entenda o indivíduo que sofre tal discriminação pela cor da sua pele, uma atuação profissional que consiga ajudar, motivar, estimular os alunos negros e consequentemente ajudá-lo no processo da edificação da sua identidade, o que precisamos é de profissionais que possam transformar a realidade dos estudantes dentro do âmbito escolar.

Para aprimorar mais o conhecimento sobre a temática racial, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), lançou a em 2016 a série “*assistente social no combate ao preconceito*”. A cartilha tem como objetivo orientar e estimular os/as assistentes sociais para uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito presentes no cotidiano do exercício profissional (CFESS, 2016).

A cartinha criada pela CFESS tem na sua estrutura conteúdos explicativos como diferenças entre raça, etnia, cor, também traz alguns conceitos esclarecedores para os profissionais em Serviço Social, conceitos sobre racismo, preconceito racial, discriminação racial, intolerância religiosa dentre outros, para complementar o conteúdo a CFESS inserir na cartilha sugestões de vídeos e filmes sobre a temática racial.

O terceiro Caderno do CFESS sobre o racismo busca contribuir no processo de intervenção do assistente social comprometido com o enfrentamento do racismo.

3 - Entrevistando educadores

3.1 - Percurso Metodológico

Para concretização da pesquisa, foi utilizada a metodologia qualitativa, já que não visa a representatividade numérica; ou seja, uma preocupação em aspectos da própria realidade e que não podem ser quantificados. Na pesquisa qualitativa usa-se da interpretação, conseguindo identificar algumas estruturas naturalizadas no dia-a-dia, enfatizar “expressões do mundo” como atitudes, identidades, opiniões, dentre outros. Para Minayo (2006, p. 57) a pesquisa qualitativa “aplica ao estudo da história, das relações, representações, crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos, sentem e pensam”.

Esse método foi escolhido na perspectiva que buscar compreender o fenômeno do racismo no espaço escolar.

Analisar se a falta de assistente social nas escolas dificulta o enfrentamento do racismo no espaço escolar, pois se sabe que a educação das relações etnicorraciais nas escolas não envolvem um trabalho adequado para valorizar a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, pensando em educação antirracista dentro do âmbito escolar.

No decorrer de todo o processo do estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas com o objetivo de aprimorar e aprofundar os estudos pertinentes ao objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta” (FONSECA, 2002, p. 32).

Com o intuito de entender esse contexto discriminatório nas escolas, o instrumento a ser utilizado pela pesquisa foi um questionário semiestruturado, que foi aplicado junto a profissionais da educação, em quatro escolas públicas de Planaltina-DF. A aplicação do questionário tem o objetivo de compreender, na visão dos professores, é relevante a presença de profissionais capacitados para abordar a questão do racismo e do preconceito no âmbito escolar. O questionário teve em média 11 questões.

De acordo com (FONSECA, 2002), o questionário é um instrumento de pesquisa constituído por uma série de perguntas organizadas com o objetivo de levantar dados para uma pesquisa, cujas respostas dadas pelo elemento ou pelo pesquisador sem a assistência direta ou orientação do investigador.

É importante ressaltar que foi necessário alterar o projeto inicial dessa pesquisa, pois inicialmente era previsto trabalhar os questionários apenas em 3 (três) escolas de Planaltina-DF, mas infelizmente a minha proposta de questionário foi extremamente rejeitada pelo grupo de profissionais da escola. A rejeição dos questionários no espaço escola foi devido ao tema central a “questão racismo”, no primeiro momento de conversar os educadores tinha um interesse em responder os questionários, após minha apresentação sobre o objetivo do TCC muitos mudavam de ideia, surgiram diversas justificativas para não responderem os questionários solicitados, desculpas essas que deixava bem explícita o despreparo desses educadores a temática racial, as falas dos profissionais da educação se resumia em desculpas, os sujeitos argumentavam que não era necessário falar de racismo na escola, sobre a delicadeza do tema racial e sobre a falta de tempo para participar da pesquisa, essas desculpas se repetiam com frequência na procura de uma escola para responder os questionários.

Para conseguir aplicar o questionário foi necessário ajuda de colegas que trabalham na rede de ensino pública de Planaltina-DF, que entenderam a importância e relevância desse trabalho no âmbito acadêmico, com o apoio consegui que 20 educadores respondessem o questionário, foi necessário 5 (cinco) escolas para conseguir os dados da pesquisa. Entretanto, essa alteração no plano inicial no final, conseguiu encaixar com a ideia de trabalhar os questionários com os professores de todos dos níveis educacionais (ensino infantil, fundamental e médio), deixando assim a pesquisa mais equilibrada em questão de opinião dos docentes.

Uma vez que o trabalho não tenha sido submetido ao Comitê de Ética da Universidade de Brasília em razão do curto tempo disponível, e pela limitação do trabalho de graduação, foram tomados certos cuidados éticos.

A fim de resguardar eticamente a realização estudo, optou-se pelo anonimato dos participantes e foi elaborado e entregue aos sujeitos da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), utilização de nome fictício e não houve danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano.

Foram garantidos aos participantes durante a pesquisa os recursos humanos e materiais para garantia do bem-estar durante a pesquisa; confidencialidade e privacidade, proteção da imagem, respeito aos valores, sociais, culturais, sociais, morais, religiosos e éticos.

3.2- Análise e Interpretação dos dados

O campo de pesquisa foi o espaço escolar, após um processo relutante a busca de profissionais que aceitassem responder o questionário, 5 (cinco) escolas aceitaram participar da pesquisa, com total de 20 questionários respondidos. A pesquisa foi feita nas escolas de Planaltina-DF.

Para melhor entendemos a situação vamos separar as escolas com a quantidade de questionários respondidos por escola. Foi atribuída às escolas uma numeração, de modo que, na escola 01 foram respondidos 2 questionários, na escola 02 foram respondidos 5 questionários, na escola 03 foram respondidos 4 questionários, na escola 04 foram respondidos 3 questionários, e na escola 05 foram respondidos 6 questionários. O questionário direcionado para os professores da rede pública era semiestruturado e tinha 11 questões de formato objetivo e dissertativo, conforme o Anexo I deste trabalho.

Ao perguntar aos professores se era possível perceber a presença do racismo no cotidiano escolar, 90% das respostas afirmaram que é bem visível os atos preconceituosos que são constantes e cruéis, todos relatam que são transmitidos de diversas maneiras como: olhar de desdenho, os apelidos racistas “fedidos, neguinhos, preto”, insultos quando se refere da cor da pele do outro como “feia”, rejeição e exclusão social dos alunos negros dentro da escola, e 10% afirmou não conseguir visualizar ações racistas nesse espaço.

O fato dos estudantes negros sofrerem discriminações, racismos e preconceitos dentro do ambiente escolar e os profissionais responsáveis pela formação desses alunos ignorarem essas situações e mais alarmantes a postura deficiente desses educadores, segundo os relatos, além de observar as situações racistas e não oferecerem resposta, os mesmos ainda são preconceituosos e discriminam os alunos negros e escolhem seus preferidos baseado na cor da pele, os alunos negros são menosprezados pelos professores em sala de aula, como nos afirmam as professoras da escola 03 e escola 05:

“as crianças brancas são privilegiadas ou elogiadas, no decorrer das atividades por parte dos professores e pelos colegas de sala por meio de palavras depreciativas” (Escola 03).

“em conselho de classe é possível perceber a diferença de tratamentos entre alunos brancos e negros” (Escola 05).

Realidade essa que as autores/as relataram no decorrer dessa pesquisa, o ambiente escolar desqualificado, onde um país não conseguiu capacitar seus profissionais, onde a valorização da população negra está distante de ser compreendida.

É possível que independentemente dos traços raciais das crianças, o que importa para a análise são os padrões impostos pela sociedade, onde o branco é dado como indivíduo bonito, com grande capacidade intelectual; enquanto o negro é caracterizado como moralmente inferior. A supremacia branca formada na sociedade no decorrer da história é um dos empecilhos para desenvolvimento social do negro, onde os estereótipos raciais ainda duram na atual sociedade.

A escola ajuda a reforçar esta situação de racismo, pois quando nega os preconceitos afirma não haver desigualdades entre os alunos. Sendo assim a instituição escolar junto com os profissionais capacitados possuem um papel relevante na construção de uma educação antirracista e de um ambiente acolhedor para todos os alunos, e em conjunto na luta na superação do racismo nesse espaço. A luta a favor da educação antirracista busca desconstruir no espaço escola a imagem negativa dos estudantes negros nesse ambiente constitucional.

No âmbito escolar há outras situações agravantes como a negação dos efeitos prejudiciais do racismo para as crianças e jovens negros, causando um sofrimento ainda maior nesses estudantes negros, sendo elevadas as práticas preconceituosas nesse ambiente, a desvalorização dos estudantes negros na escola só aumentam.

O *bullying* no ambiente escolar, o cabelo e a cor da pele são os alvos preferidos dos *bullies*, o cabelo afro das crianças e jovem negros é apelidado como *cabelo de Bombril*, *cabelo pixaim*, *cabelo de vassouras*, *cabelo ruim*, dentre outros, naturalizando os apelidos aos cabelos crespos, a cor da pele negra e expressada como *suja*, essas expressões grosseiras são colocadas como meio de ofender, intimidar e humilhar os grupos de negros estudantes nesse espaço escolar.

Quando foi perguntado se o racismo esta sendo camuflado pelo racismo no espaço escolar, as respostas dividiram-se em 50% e 50% a metade dos docentes

acreditam que sim e outro metade acreditam que não, é fato que a falta de preparo dos educadores causa esse equilíbrio das respostas, onde o reconhecimento da prática do racismo é notável, mas diferencia-los aparentemente é bem complicado, portanto ao analisar a questão os mesmos estão entrando em contradição em sua opinião. Pois ao perguntar aos educadores da educação se existe diferença entre racismo e bullying 75% responderam que sim, existe *diferença* no tratamento, é necessário que os profissionais tenham um olhar mais crítico e mais avaliativo ao olharem para os alunos principalmente aos negros, sendo que 25% acreditam que não existe diferença no tratamento de racismo e bullying, seguem o pensamento de que é tudo igual, apenas alunos interagindo e brincando.

Contudo, o mais confuso nesse primeiro momento é a incompatibilidade nas respostas, após afirmarem que existir diferença entre racismo e bullying, a metade dos entrevistados afirmam que o racismo não está sendo camuflado pelo *bullying*. Ao questionar se a sua escola tem algum projeto para amenizar o efeito do bullying dentro da escola 85% responderam que sim e 15% responderam que não, contanto se os profissionais da educação *não* sabem diferenças os tipos de bullying presente nesse âmbito educacional, como aplicar o projeto com intuito de elimina-los, como trabalhar a eliminação das praticas do bullying, sendo que os mesmos não sabem lidar com a temática racial dentro da escola.

Sendo assim a instituição escolar necessitam de profissionais capacitados que possuem um papel relevante na construção de uma educação antirracista e de um ambiente acolhedor para todos os alunos, e em conjunto na luta na superação do racismo nesse espaço. Portanto ao indagar aos educadores, se a categoria educacional está capacitada para exercer a função de mediador em uma situação explícita de racismo no espaço escolar, 55% afirmaram que estão preparados e 45% acreditam que estão desqualificados a lidar com essa temática racial dentro da escola. Aos serem perguntados sobre a Lei 10.639 que nos traz no primeiro momento a obrigatoriedade do ensino da Historia da África e Cultura Afro-brasileira nos currículos da educação, foi perguntado se já foi realizado algum curso de capacitação referente à temática racial, o resultado foi gritante onde 90% afirmam que nunca fizeram nenhum curso ou palestra, nada parecido com uma capacitação de formação de professores e apenas 10% afirmam que já tiveram contato com curso para capacitação com temática racial.

É importante ressaltar que a implementação da Lei 10.639 não é suficiente para acabar ou mudar com o quadro do negro dentro da escola, sabemos o

quanto é difícil enfrentar as desigualdades impostas pela sociedade brasileira privilegiada. Assim, constata-se a importância de transformar a cultura brasileira, a cultura da ideologia da “democracia racial” e para isso é preciso reconhecermos o racismo como práticas violentas e cruéis para a população negra, práticas essas que são aplicadas diariamente no cotidiano escolar, logo afetando o rendimento escolar e a baixa estima dos estudantes negros.

É necessário que haja transformações na escola, visando o enfrentamento do racismo, romper assim com a ideologia do embranquecimento nesse espaço educacional, enfatizar as questões da desigualdade racial no fortalecimento da identidade dos alunos negros pela auto aceitação. No entanto, como trabalhar o fortalecimento da identidade desses alunos negros, sendo que 70% dos professores afirmam que já presenciaram outros professores menosprezando os estudantes negros e 30% relatam que nunca presenciaram tal situação. Os professores da educação não tem consciência do quanto seu comportamento racista afeta desenvolvimento educacional e social desses alunos negros, como já foi mencionado anteriormente nesse trabalho os alunos negros que sofrem ações racistas e preconceito, eles conseqüentemente deixam de participar das atividades da escola, excluindo-se. O profissional da educação tem que pelo menos ser capaz de julgar suas atitudes perante os alunos negros. Em muitos casos as atitudes dos professores/as são equivocadas, em uma perspectiva que só prejudicam o rendimento desses alunos excluídos dentro do ambiente escolar. Os alunos negros necessitam de apoio profissional quando o racismo é praticado pelos próprios professores. Na escola essa conduta discriminatória ainda está presente e segue sendo reproduzida, como nos relata a professora da Escola 04:

“O professor chamou o educando de filhote de São Benedito”

Esse relato deixa ainda mais explícito o quanto muitos educadores encontram-se despreparados para lidar com as questões raciais no ambiente escolar. Como um aluno negro pode conseguir um conselho ou uma ajuda em relação ao racismo que vem sofrendo de outros alunos?

A sociedade tem que aprender a valorizar a cultura e costumes afrodescendentes, para que as crianças e jovens negros possam construir uma imagem positiva de si mesmos, pois na atualidade o racismo é invisível perante os olhares da sociedade elitizada do país, e conseqüentemente prejudica ainda mais a população negra, principalmente no âmbito escolar, quando os atos discriminatórios e preconceituosos são negados nesse ambiente.

No espaço escolar há quem reconheça que exista o racismo, mas atualmente os profissionais que atuam nesses espaços não são capazes de promover a igualdade de raça entre os alunos, onde é visto que os estudantes negros são os que mais sofrem com esse sistema racista.

O educador na desconstrução do racismo, discriminação e preconceito na escola, tem que trabalhar com o fortalecimento dos estudantes negros visando à valorização desse grupo inferiorizado perante a sociedade, abordando a moral e a ética como princípios fundamentais para formação de um cidadão.

Percebe-se que os educadores sentem dificuldade para discutir as situações preconceituosas no ambiente escolar. Essa temática racial ainda é um grande desafio para a categoria educacional. Muitos educadores acreditam na ideologia da democracia racial e também que não existe o racismo nesse espaço escolar.

Ao perguntarmos aos professores sobre a sua opinião da inserção dos assistentes social na educação, as respostas surpreenderam minha expectativa, pois na sua maioria dos educadores estão cientes da importância dessa inserção dessa categoria do espaço escolar e sobre o quanto o assistente social pode contribuir no enfrentamento do racismo, facilitando a compreensão da temática racial nesse espaço educacional, como nos diz o/a professor/a da Escola 05 *“O assistente social amplia o conceito de ser humano e a construção indenitária ajudará a formação educacional, uma vez que aprendizagem deve superar o cognitivo atingido uma formação global”*. Muitos professores entendem a necessidade de um profissional qualificado para trabalhar as questões raciais, pois os mesmos percebem que não estão preparados para lidar com as situações de racismo nas escolas. Conforme a opinião da professora da Escola 01.

“Ótimo, pois muitos alunos precisam e necessitam de atendimentos especializados”.

No âmbito escolar é notável a necessidade de profissional que capazes de contribuir para a educação das relações etnicorraciais, que conseguem entender o que os estudantes negros dentro da escola precisam de apoio e de professores/as que o apoia. A professora da Escola 02 relata sua opinião a inserção dos assistentes social nas escolas.

“Importante para que aconteça essa conscientização e respeito às diferenças”.

O despreparo dos profissionais da educação em relação às relações etnicorraciais, como já foi dito só contribui para o processo discriminatório nesse âmbito escolar. Certas situações ficam marcadas como traumas na trajetória das crianças, afetando seu desenvolvimento social. Sabemos que durante décadas a população negra apareceu nos livros e telenovelas de forma desumanizada e desvalorizada, sendo assim o negro foi estigmatizado pela mídia transmitindo uma imagem inferiorizada e estereotipada, ou seja, a população negra principalmente os estudantes negros necessitam de uma educação etnicorracial onde mostre de forma transparente a realidade e a verdade história de seus descendentes africanos, que essa história possa ser contada de forma que possa valorizar os negros e não mais marginaliza-los.

Ao questionar aos educadores se reconheciam o trabalho do assistente social e se faria diferença o trabalho desse profissional na educação, 95% dos professores afirmam que a presença do assistente social na educação faria grande diferença principalmente no combate as práticas raciais e apenas 5% não conhecem as atribuições do assistente social, segue as opiniões dos/as professores/as das Escolas.

Escola 01: *“Reconheço como um profissional capaz/habilitado para colaborar para a melhoria das relações no ambiente escolar e, por consequência, na melhoria do ensino escolar. Se este profissional estiver qualificado poderá colaborar de forma efetiva para melhoria das relações humanas no espaço escolar”.*

Escola 02: *“Considero de extrema importância, pois há outra linha de formação”.*

Escola 03: *“A presença desse profissional dá segurança na atuação de casos sérios que acontecem com alguns estudantes. Não sabemos atuar da forma correta pois nós professores geralmente não temos essa qualificação”.*

Escola 04: *“A abordagem do assunto pelo profissional com formação específica é o correto. Ou pelo menos treinamentos com profissionais da educação”.*

Escola 05: *“Um assistente social que se dispõe a conhecer a realidade escolar x realidade familiar pode auxiliar de forma positiva e minimizar as pendências na escola ou família”.*

O enfrentamento do racismo nesse ambiente requer uma atenção mais ampla de dos os profissionais da educação presente nesse espaço educacional. Entendemos que existe uma necessidade de executar a Lei 10.639/03 nesse

espaço, no sentido de amplificar o enfrentamento do racismo na escola. Ao perguntar aos professores se a presença do assistente social na escola poderia *facilitar* o enfrentamento do racismo no ambiente escolar, 95% dos profissionais da educação afirma que a presença desse profissional poderá facilitar o enfrentamento do racismo e 5% dos profissionais da educação negaram essa possibilidade. Novamente separei as opiniões dos/as professores/as entrevistadas.

Escola 01: *“O assistente social ajuda na desconstrução do racismo, preconceito e discriminação existentes em muitas escolas”.*

Escola 02: *“Este profissional poderá auxiliar na mediação de possíveis casos de racismo, além de integrar grupos de trabalho direcionados para a prevenção destes casos”.*

Escola 03: *“Como suporte contribui bastante. Na escola, por ser um local de educação e currículo que deve ser cumprido muitas vezes assuntos de relevância para melhor convivência são ignorados. Com o assistente social essa situação seria melhor tratada”.*

Escola 04: *“Porque o trabalho será direcionado especificamente para o assunto e feito por profissionais treinados para esse tipo de abordagem”.*

Escola 05: *“Porque teremos a ajuda de um profissional capacitado e preparado nesse assunto e outros, este domínio é claramente dos profissionais da intervenção”.*

Os profissionais de Serviço Social atuam na eliminação de todas as formas de racismos, discriminações e preconceitos, na luta constante pela desigualdade racial e social no Brasil.

Para os profissionais em Serviço Social essa questão está prevista no processo de formação acadêmica, bem como em seu Código de Ética (1993). O compromisso na busca da equidade e justiça social, pois, sem igualdade não há justiça. Portanto, em face desse posicionamento, torna-se necessário que tal categoria se aproprie de discussões que a façam exercer o seu compromisso ético e político. Segundo Dias (2015) afirma que esta categoria profissional se coloca na luta pela afirmação de direitos dos usuários os seus serviços.

O trabalho árduo pela eliminação de qualquer forma de racismo no ambiente escolar, está apenas iniciando uma luta por uma educação mais igualitária, onde a diferença da melanina da sua pele não confutar com seu caráter.

3.3 - Resultados e Discussão

O trabalho de campo indicou as dificuldades e limites que os profissionais de educação têm relacionados aos estudantes negros dentro da escola. Essa dificuldade por parte dos profissionais no trato com o racismo no âmbito escolar explicita a necessidade de um profissional como o assistente social nas escolas, para melhor trabalhar a temática etnicorracial. Como já dito desse despreparo dos professores afetam diretamente os estudantes negros no ambiente escolar.

Pelos dados da pesquisa realizada com os profissionais da educação nas escolas de Planaltina-DF, a hipótese “A presença do assistente social na escola poderá facilitar o enfrentamento do racismo no ambiente escolar”, é reafirmada por meio da coleta de dados realizada, onde os profissionais da educação relatam a necessidade de um profissional que atue na eliminação do racismo dentro do espaço escolar, o assistente social por ter uma formação voltada para garantir os direitos dos cidadãos e por atuar diretamente com a classe menos favorecida da sociedade, o enfrentamento do racismo no espaço escolar é considerado mais um dos elementos com as quais o assistente social deve estar preparado para trabalhar e intervir.

O assistente social deve trabalhar em conjunto com a instituição escolar na busca da superação de toda e qualquer forma de discriminação e racismo nesse ambiente. Essa parceria entre a escola, professores e o assistente social, visa um equilíbrio de conhecimentos de cada grupo dentro das suas limitações. A realização dessa parceria e no intuito de aprimorar a consciência da importância do enfrentamento do racismo dentro da escola, focando principalmente a aplicação da Lei 10.639/03 e conseqüentemente a Lei 11.645/08 que nos condiz à obrigatoriedade do ensino da História da África e Cultura Afro-brasileira e a História e Cultura dos povos Indígenas no Brasil.

O assistente social na escola viabilizaria uma oportunidade de trabalhar diretamente com os estudantes no processo de valorização da cultura negra, seus valores e na construção da sua identidade, esse profissional busca dentro da escola promover um ambiente educacional propício para todos que estão situados na escola. Um local onde todos os profissionais e alunos convivem de forma harmônica.

O assistente social visa na sua atuação no ambiente escolar, uma concepção de uma educação antirracista, onde o reconhecimento da existência do racismo dentro da escola é constante, trabalhar principalmente com os professores o convívio adequado e o respeito com os alunos negros.

4 - Considerações Finais

Constatou-se, entre os profissionais entrevistados, a dificuldade em lidar e compreender com as situações racistas ocorridas no espaço educacional, entretanto, é fato que os mesmos demonstram que não tiveram formação voltada ao conhecimento das Diretrizes da Educação das Relações Etnicorraciais. Além disso, as posturas de negação da existência do racismo camuflam a necessidade de combater essas práticas racistas no âmbito escolar.

Para eliminar as práticas racistas dentro do espaço escolar é indispensável que os educadores sejam dotados do preparo apropriado, pois a pesquisa evidenciou a necessidade dos cursos de capacitação dos professores na educação das relações etnicorraciais. É de extrema importância o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira e Africana, como contribuição para transformação da nossa sociedade racista. É fundamental para o intuito de formar cidadãos sem preconceito, sem discriminação e sem racismo, com uma base educacional concreta e fortificada na LDB, PNE, nas Leis e as Ações Afirmativas que são um instrumento crucial no combate ao racismo e discriminação, ou seja, são leis afirmativas que forem aplicadas corretamente tanto no sistema educacional como na sociedade brasileira.

A implementação da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08, baseia-se na inclusão social e valorização da população negra, a Lei nos permite pensar em uma educação mais igualitária, um momento propício para iniciar uma educação antirracista no espaço escolar. A luta a favor da educação antirracista busca construir no espaço escola uma imagem positiva dos estudantes negros nesse ambiente constitucional.

O racismo na escola é prejudicial aos estudantes negros, e as diversas práticas racistas compostas nesse espaço escolar causam deficiência no desenvolvimento social desse grupo, prejudicando também o intelecto dos estudantes negros e sua inserção qualificada na sociedade. A ausência de

educadores preparados para lidar com essa questão do racismo dentro da escola dificulta ainda mais esta realidade.

Em momento algum queremos menosprezar o trabalho e dedicação dos profissionais da educação, apenas relatamos que os educadores necessitam de uma capacitação adequada para compreender a sua importância no combate ao racismo no ambiente escola, e que fique evidente para os professores que as manifestações racistas que estão ocorrendo dentro da escola também fazem parte de suas obrigações como educador, o que deveria leva-los a ampliar seu conhecimento para o enfrentamento do racismo no espaço escola. Nessa perspectiva o sistema educacional necessita reeducar o sistema da escola, com a ajuda do Projeto Político Pedagógico, comunidade escolar e o Conselho Escolar.

A população negra brasileira ainda sofre muitas práticas discriminatórias, por mais que a abolição da escravidão tenha sido há 130 anos os negros ainda sentem o efeito do racismo, o negro ainda é estigmatizado pela sociedade racialmente desigual e elitizada.

A pesquisa evidenciou que os profissionais de ensino estão cientes que a existência do racismo persiste no ambiente escolar e mesmo assim prefere ignorar os fatos e os estudantes negros, a falta de preparo desses educadores sobre a questão racial e o racismo dificulta o enfrentamento deste tema nas instituições de ensino.

Para melhoria do sistema educacional é necessário que haja mudanças dentro da escola a respeito da realidade cruel dos estudantes negros, desprendendo-se de atitudes racistas e discriminatórias, focando na eficiência da implementação das ações afirmativas, nas leis e nas políticas educacionais, talvez assim seja possível um resultado no âmbito escolar.

Sabemos que a escola não é o único espaço atravessado pelo racismo, assim como não só os professores são responsáveis pela total eliminação do racismo, entretanto o ambiente escolar ainda é um local de extrema importância na formação de pessoas não racistas, ou seja, esses indivíduos devem sair da escola com um olhar crítico e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade. Sendo assim a escola e os profissionais da educação tem uma parcela muito grande no combate ao racismo no âmbito escolar e na formação de cidadãos preparados para enfrentar a sociedade machista, racista, preconceituosa. Em outras palavras, cabe,

sim, à escola, junto com os profissionais da educação, a responsabilidade de combater as atitudes racistas no espaço educacional.

O assistente social tem um trabalho árduo nesse processo de desconstrução do racismo dentro da instituição escolar, pois várias pesquisas Cavalleiro (2001), Rodrigues (2010), Gonçalves (2007) relatam que os educadores não estão preparados academicamente para lidar com situações de racismo, preconceito e discriminação, as ações racistas são naturalizadas pelos educadores criando assim um espaço de desconforto e desagradável para os estudantes negros nesse ambiente educacional.

A inserção do assistente social na escola traz uma possibilidade de se trabalhar com os alunos questões que está além da conhecida educação formal, possibilitando a esses grupos de alunos negros desprivilegiados um poder de fala dentro da escola.

Entende-se que existem grandes desafios a serem encarados pelo assistente social nas escolas, pois a constante luta para implementar uma educação antirracista tem que ir além de paredes das escolas, buscando propostas de transformação social dentro do espaço escolar, logo possibilitando uma escola moderna sem racismo, sem preconceitos, sem *bullying* e sem discriminação. O profissional de Serviço Social sabe que tal feito é complicado e difícil de conseguir na nossa atual realidade, mais a partir de um conjunto de profissionais capacitados dentro das escolas na luta constante em prol do combate ao racismo, trabalhando a conscientização, valorização, a respeito da população negra através de palestras com a temática racial, entender e aplicar a lei 10.639 de 2003 nesses espaços, a luta pela transformação social nesses espaços educacionais é de extrema necessidade para todos os que habitam dentro e fora da escola.

Por meio da escola é possível transformar a sociedade brasileira, se trabalhar desde as primeiras séries o combate ao racismo, ensinando aos nossos alunos a diversidade humana, contar lhes a história do negro na nossa sociedade, valorizando as culturas e a religiosidade afro-brasileira, ensinar a todos os estudantes o valor da moral e da ética, proporcionando aos estudantes uma educação igualitária, promovendo assim uma educação antirracista na sociedade brasileira. É preciso repensar o sistema educacional em uma perspectiva da igualdade racial dentro da escola.

5 - Referências Bibliográficas

ALMEIDA, N. L. T. **O Serviço Social na educação**. In: Revista Inscrita. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, n.6, ano 3, jul. 2000, p. 19-24.

ALVES, L.J.S., CRISÓSTOMO, A.A. **Discriminação Racial: uma herança que perdura há séculos. La discriminación racial: una herencia que perdura desde hace siglos**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires- Año 18 - nº 181 – Junio de 2013.

ANUNCIADA, Patrícia. **Construção e aceitação da identidade negra**. Blogueiras negras, Negritude, janeiro de 2016.

AZEVEDO, José de, HABACHE, Marcela Travenssolo, SANTOS, Maiara Cristina Santana, ZAMORA, Suellen Moreira. **O papel social da escola na visão dos professores que atuam no ensino fundamental: Um estudo de caso**. Editora FAEF, 2013.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição** Luciana Jaccoud; Rafael Guerreiro; Osório Sergei Soares; Mário Theodoro (org.) 1a edição Novembro de 2008.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Ministério da Educação (Mec): Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar. Five, 2009.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da Violência 2017. Acesso dia 21 de julho. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

_____. Secretária da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005.p.11 a 105.

_____. República Federativa. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.466**, de 2012.

_____. República Federativa. Câmara dos Deputados. **Lei nº 9.394**, de 1996.

_____. República Federativa. Câmara dos Deputados. **Lei nº 10.639**, de 2003.

_____. República Federativa. Câmara dos Deputados. **Lei nº 11.845**, de 2008.

_____. **Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**, Brasília, 2010.

Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. – 9º ed. Ver. E atual. Brasília, 2011.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação**. [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf) acesso em 18 de junho de 2015.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Série assistente social no combate ao preconceito - racismo** – Caderno 03. Brasília, 2016.

CFESS/CRESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCAÇÃO.pdf.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-Racismo na educação: Repensando nossa Escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

_____. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CONVENÇÃO Nacional do Negro Pela Constituinte. Brasília: mimeo, agosto de 1986.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Impacto do Racismo na Infância, 2010**. Disponível em: < http://www.unicef.org/brazil/pt/br_folderraci.pdf > Acesso em: 14 outubro, 2017.

EXECUTIVA. Nacional da Marcha Zumbi. **Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e vida**. Brasília: Cultura Gráfica e Editora, 1996.

GARCIA, Renícia Cristina. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira 1993-2005**. Brasília-DF, Inep, 2007.

GONÇALVES, Vanda Lucia Sá. **Tia, qual é meu rendimento? Percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros**. Coletânea Educação e Relações Raciais, Vol. VII, 2007.

GRISPENO, Isabel Sadalha. **Função Social na Escola**, 2006. Acesso em setembro de 2017. Disponível em: http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1226

Guia de enfrentamento ao racismo institucional. Acesso no dia 18 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>.

MARTINS, T. C. S., SILVA, N.C. **125 anos de resistência: o processo de branqueamento na infância da criança negra, pós-lei 10.639/2003**. Revista Caminhando, v. 18, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013.

Iolanda de Oliveira, Pedronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Regina Pahim Pinto. Ação Educativa. **O negro e a Educação: escola, identidade, cultura e políticas públicas/** Organizado por Iolanda de Oliveira, Pedronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Regina Pahim Pinto- São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005.

NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. **Beabá do racismo contra o negro brasileiro:** Subsídios didáticos para estudantes universitários, educadores, formadores de opinião e militantes, 2010.

NETO, Aramis A. Lopes. **Bullying – Comportamento agressivo entre estudantes.** Artigo e revisão, Jornal de Pediatria, 2005.

RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. **Educação das relações raciais no Distrito Federal:** Desafios da gestão. Tese de mestrado em Educação, Brasília, 2010.

SILVA, Maria Josilânia da; SILVA, Joselina da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. **Etnografia do Bullying Racial da escola:** Um olhar da biblioteconomia e das ciências da informação. Revista de Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes- Unigranrio, Vol. 01.N. 13, 2016.

SOUZA, Neuza Santos. **Contra o Racismo: Com Muito Orgulho e Amor** Especial para o Correio da Baixada, em 13 de maio de 2008. Acesso em 12 de setembro. Disponível em <http://correiodobrasil.com.br/racismo-por-que-se-matou-a-psicanalista-negra-que-fazia-sucesso-no-rio/146432/>.

SANTOS, André Michel dos. **As contribuições do Assistente Social para a realidade escolar do Brasil.** em: < <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/as-contribuicoes-servico-social-para-realidade-escolar-.htm>> Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. **A Escola como espaço de atuação para o Assistente Social:** Trabalhando com grupos. Trabalho Final de Graduação – TFG. Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, 2005.

SANTOS, Nelma Souza dos. **Serviço Social e educação: Contribuições do Assistente Social na escola.** Vivências. Vol.8, N.15: p.124-134, outubro /2012.

SOUZA, Íris de lima. **Serviço social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional.** Natal, 2008. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Centro de Ciências Aplicadas. p. 41-72. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14163/1/IrisLS.pdf>.